



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

53ª Reunião Ordinária do CNRH

Brasília/DF.

29 de Novembro de 2022

(Degravação ipsis verbis)

1 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então nós temos a
2 reunião de hoje, é a 53ª reunião extraordinária do CNRH, é prevista de 9 ao meio-dia e com os
3 itens de pauta, por favor Roseli; poderia passar. Então nós temos, a análise da proposta de resolução
4 que dispõe sobre os mecanismos e valores da cobrança pelo uso de Recursos Hídricos de domínio
5 da União na Bacia do Verde Grande. É, foi encaminhada pela Câmara Técnica de Outorga e
6 Cobrança, conforme esse processo instruído aqui interno. Item dois, apreciação do Relatório De
7 Segurança de Barragem 2021 e deliberação sobre as propostas de recomendações constantes do
8 parecer número 7 da CTSB para melhoria da segurança de barragens em atendimento a Lei 9433 e
9 a Resolução 144 do CNRH. Na sequência nós temos três propostas de moção sugeridas pela, pela
10 Câmara Técnica de Segurança de Barragem, uma primeira endereçada aos órgãos de proteção
11 Defesa Civil Municipal, Estadual, Distrital, uma terceira moção é, endereçada aos fiscalizadores
12 de segurança de barragem, e uma terceira moção é encaminhada aos comitês de bacias
13 hidrográficas. No item 7 de pauta nós temos uma apresentação, na verdade uma deliberação aqui
14 do plenário com relação à forma da implementação, de acompanhamento da implementação do
15 plano de Recursos Hídricos do Rio Paraguai, e por último assuntos gerais e encerramento. É, acho
16 que com isso, eu queria, gostaria de mais uma vez né, pedir a todos que quando não estiverem com
17 a palavra mantém os microfones desligados e quando estiver com a palavra se atentar para um
18 prazo máximo de 3 minutos de considerações e antes de iniciar, mencionar o nome e a instituição
19 que representa para facilitar os registros da ata de reunião. É, Roseli tem algum assunto geral que
20 queremos colocar já de início?

21 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É, eu
22 vou fazer o chamamento das instituições Wilson, para ficar registrado.

23 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** - Ah, claro. Por favor.

24 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - E aí
25 aproveitar que já chegou bastante conselheiros então estamos com um bom quórum.

26 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim

27 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Então é
28 iniciar então, com a quinquagésima terceira reunião extraordinária do Conselho Nacional de
29 Recursos Hídricos no dia 29/11, chamamento das instituições que representam o conselho.
30 Ministério Desenvolvimento Regional.

31 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** – Cristiane Battiston, presente.

32 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É, a
33 segunda vaga do Ministério do Desenvolvimento Regional.

34 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (MDR)** - Bom dia a todos, Gilson, presente.

35 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
36 Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Defesa, Ministério das Relações
37 Exteriores, Ministério da Economia, a segunda vaga do Ministério da Economia, Ministério da
38 Infraestrutura,

39 **SR. LUIS SÉRGIO DA CRUZ SILVEIRA (MIN. INFRAESTRUTURA)** - Luiz Sérgio Silveira
40 presente.

41 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
42 Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento,

43 **SRA. LICIANA PEIXOTO (MAPA)** – Liciano, presente.

44 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Oi
45 Luciana. Mas é o Frederico né, que é o representante. Se ele estiver presente aí, puder falar ta.

46 **SRA. LICIANA PEIXOTO (MAPA)** – Ele ta entrando agora.

47 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Tá bom.
48 Ministério da Cidadania, Ministério da Educação, Ministério da Saúde,

49 **SRA. THAIS ARAÚJO CAVENDISH (MIN. SAÚDE)** - Thais Cavendish, presente.

50 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
51 Ministério de Minas e Energia, Ministério de Minas e Energia segunda vaga,

52 **SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME)** - Bom dia a todos, Igor Ribeiro.

53 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Bom Dia
54 Igor. Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovações, e o registro da Daniela viu, que está presente.
55 Está presente. Viu Daniela? Se puder registrar no chat se não estiver conseguindo falar, Ministério
56 do Meio ambiente, Ministério do Meio Ambiente a segunda vaga pelo Ibama.

57 **SR. JOÃO PESSOA RIOGRANDENSE M. JÚNIOR (MMA)** – É, João Pessoa, presente aqui.

58 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
59 Ministério do Turismo, e Ministério da Mulher da Família dos Direitos Humanos. É, o Henrique
60 Vila acho que registrou aí no chat a presença Pelos Estados Mato Grosso do Sul Goiás e Mato
61 Grosso. **SR. LUIZ HENRIQUE M. NOQUELI (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL**
62 **E GOIÁS)** – Luiz Noqueli (Ininteligível)

63 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Oi.

64 **SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E**
65 **GOIÁS)** - Bom dia a todos, Leonardo também.

66 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -**
67 **Leonardo e Luiz Noqueli presentes. Bem-vindos. Distrito Federal e Espírito Santo.**

68 **SR. JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO (DISTRITO FEDERAL E ESPÍRITO**
69 **SANTO)** – João Lóssio, Distrito Federal, presente.

70 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Santa**
71 **Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul**

72 **SR. LEONARDO SCHORCHT B, PORTO FERREIRA (RIO GRANDE DO SUL, SANTA**
73 **CATARINA E PARANÁ)** - Bom dia, Leonardo Porto Ferreira, presente.

74 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - São**
75 **Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rondônia Amapá e Tocantins,**

76 **SRA. CLEANE DO SOCORRO DA SILVA PINHEIRO (TOCANTINS, RONDÔNIA E**
77 **AMAPÁ)** – Cleane, Amapá presente

78 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Bem**
79 **vinda Cleane. Pará, Roraima e Amazonas, Maranhão, Ceará e Piauí**

80 **SR. RAMOM FLÁVIO GOMES RODRIGUES (MARANHÃO, CEARÁ E PIAUÍ)** – Ramon
81 **Rodrigues, Ceará, presente, bom dia a todos.**

82 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Bom dia**
83 **Ramom. Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.**

84 **SRA. FERNANDA BATISTA FALAYETTE (PERNAMBUCO, PARAIBA E RIO GRANDE**
85 **DO NORTE)** - Bom dia a todos, Pernambuco, presente.

86 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Bom**
87 **dia. Fernanda. Alagoas Bahia e Sergipe.**

88 **SR. EDUARDO FARIAS TOPÁZIO (ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE)** – Eduardo Topázio
89 **Bahia presente.**

90 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Pelos**
91 **usuários e sociedade civil, irrigantes.**

92 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES) - Bom dia. Jordana.**
93 **presente.**

94 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Bom dia
95 Jordana. Prestadores de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

96 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE**
97 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)** - Bom dia a todos e a
98 todos. Wanderlei Paganini presente

99 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
100 Concessionárias autorizadas de geração hidrelétrica,

101 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
102 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Bom dia a todos, Aparecida Vargas,
103 presente.

104 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Setor
105 hidroviário.

106 **SR. WILLAN THADEU LEMES DE ARAÚJO (SETOR HIDROVIÁRIO)** - Willan Araújo,
107 presente.

108 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
109 Indústria,

110 **SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (INDÚSTRIAS)** - Mário Cardoso, presente

111 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
112 Pescadores e usuários recursos hídricos com finalidade lazer e turismo, Vinícius Crespo está com
113 problema no áudio. Ele registrou no chat tá bom? Fica registrado aqui a presença dele. Comitê de
114 bacia hidrográfica em rios de domínio da União,

115 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
116 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - É, a Anivaldo Miranda, presente. Bom dia a todos e a todas.

117 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Bom dia
118 Anivaldo. Organizações técnicas de ensino e pesquisa,

119 **SR. CRISTOVÃO VICENTE SCAPULATEMPO FERNANDES (ORGANIZAÇÕES**
120 **TÉCNICAS DE ENSINO E PESQUISA)** - Bom dia, Cristóvão, o professor Jefferson justificou
121 a ausência, Cristóvão representando (Ininteligível).

122 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - E
123 organizações não governamentais,

124 **SR. MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS (ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS)**
125 - Presente, bom dia a todos, Marco Antônio, registrando a presença também.

126 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Ok.**
127 Então temos 25 instituições presentes, podemos dar início a nossa reunião. Wilson.

128 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Ok.** Tem algum
129 Conselheiro que tenha entrado após ter chamado a instituição para registros?

130 **SRA. MARLIAN LEÃO DE OLIVEIRA (MME) - Bom dia Marlian (Ininteligível)**

131 **SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (MMFDH) - Bom dia Wilson ta me**
132 **ouvindo?**

133 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Estou sim. Tudo bem,**
134 **Henrique?**

135 **SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (MMFDH) - Bom dia. Henrique Villa aqui**
136 **do MDH. Presente. Bom dia a todos.**

137 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Ok obrigado Henrique.**
138 Registrado aqui, Marlian e Doutor Henrique. Muito bem então agradeço a presença de todos, pelo
139 quórum que nós temos hoje e vamos dar início então a nossa reunião né. Gostaria de consultar se
140 Roseli ou algum Conselheiro tem algum assunto geral que queira trazer aqui para início da nossa
141 reunião.

142 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Wilson,**
143 **só informar que não tivemos pedido de requerimento de urgência, e mais solicitar, foi solicitada**
144 **uma inversão de pauta que até já mostramos aqui é, para antecipar o relatório de segurança de**
145 **barragens né, para antes da apreciação das moções. Então não havendo objeções, a gente vai fazer**
146 **essa inversão na pauta.**

147 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Ok.** Então só para registrar,
148 o item, o item, o item de análise do relatório de segurança de barragens ele estava originalmente
149 como item sete desculpa, seis de pauta ta. E em função da solicitação inclusive da equipe da CTSB,
150 nós invertemos então para que seja o item 3 de pauta. Subimos ele de seis para três todos estão de
151 acordo? Ok então. Obrigado. Vamos seguir. Então para dar início ao item dois de pauta que é
152 análise da atualização dos mecanismos de valores de cobrança é aprovados, encaminhados pelo
153 comitê de bacia hidrográfica do Rio Verde Grande, eu informo que essa matéria foi analisada na
154 Câmara Técnica de Outorgas e Cobrança e encaminhada então aqui para considerações e
155 deliberação pela aprovação é, dessa matéria aqui no plenário. Conforme previsto na lei 9433 no
156 qual o instrumento da cobrança além de ser discutido e aprovado no âmbito do comitê competente,
157 ele também deve ser aprovado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o caso desse
158 comitê, que é um comitê interestadual. Então a função disso gostaria de convidar aqui para fazer
159 uma apresentação, uma breve fala da contextualização é, sobre esse assunto aqui pelo coordenador
160 da câmara técnica de cobrança, o Anderson, e na sequência também, vou inverter. Na verdade,

161 primeiro gostaria de convidar o representante do CBH Verde Grande para contextualizar as
162 discussões e debate que ocorreram pela aprovação desse, dessa, dessa atualização dos valores de
163 cobrança.

164 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
165 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Oi Wilson. Aparecida Vargas. Eu
166 queria saber se não tem como você também trazer o item do Paraguai logo depois para análise do
167 relatório de segurança de barragem.

168 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Acho que gostaria de
169 consultar o plenário então de acordo,

170 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
171 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** – É porque vai ser um item que eu
172 acredito que não seja demorado e ai (Ininteligível).

173 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim Ok. Se todos tiverem
174 de acordo a gente colocaria então como item 3 essa, deliberar, essa deliberação sobre a forma de
175 acompanhamento do plano do Paraguai. Ok então, feita a inversão de pauta.

176 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
177 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** – Obrigada.

178 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Vamos dar sequência então
179 ao item dois de pauta sobre análise então dos valores de cobrança do CBH Verde Grande, e eu
180 convido então para apresentar as suas considerações, o representante do CBH Verde Grande.

181 **SR. FLÁVIO GONÇALVES (Presidente CBH VERDE GRANDE)** – Bom dia Wilson. Bom
182 dia a todos

183 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Opa. É o Flávio que tá aí.
184 Tudo bem, Flávio? Bom dia.

185 **SR. FLÁVIO GONÇALVES (Presidente CBH VERDE GRANDE)** – Tudo bem. Agradeço aí
186 pela oportunidade né. Bem gente. Eu vou ser bem sucinto tá, já que o tema é específico e direto
187 para que vocês entendam. Nós já tínhamos a realização da cobrança aqui na Calha do Rio Verde
188 Grande que é um rio Federal. Ele nasce aqui no norte de Minas e vai até a Bahia. Sendo que 70%
189 da sua extensão em Minas Gerais. Essa cobrança já era a nível Federal tá. Inclusive valores muito
190 baixos, é um rio que banha uma região semi-árida, na verdade total de chuvas é médio é na faixa
191 de 800 MM mas é muito concentrado em no máximo três meses ao ano. Toda essa discussão com
192 relação aos novos valores do PPU né, da cobrança, eles foram levantados muito em função da
193 aprovação no estado de Minas Gerais das cobranças no tocante as, recursos riscos do Estado né.
194 Então aí a partir dessa aprovação da Lei no Conselho Estadual de recursos hídricos, nós então do
195 comitê fizemos todo um trabalho no intuito de que os afluentes do Verde Grande também tivessem

196 as suas cobranças já instituídas e isso associado também a cobrança dos usuários de (Ininteligível).
197 Chama atenção aqui na nossa região a exportação de água subterrânea tá, tem a maior demanda do
198 que os próprios rios. Já que a maioria dos nossos rios principalmente os afluentes do Verde Grande
199 são rios ou efêmeros ou intermitentes, que as vezes tem o curso da água por um período curto.
200 Então nesse trabalho então, houve uma discussão bem ampla. O nosso comitê já tá de certa forma,
201 bem amadurecido né, é, um trabalho é, eu diria principalmente da ANA né, a turma da ANA já nos
202 acompanha, que é mais de 20 anos. Nós então repassamos todo o trabalho para câmara técnica.
203 Uma câmara técnica muito bem qualificada né. Nós temos aqui na região instituições de pesquisa,
204 UFMG, eu inclusive trabalho na UFMG aqui em Montes Claros, (Ininteligível), a universidade
205 Estadual, o instituto federal, perímetros de irrigação com profissionais quantificados então, houve
206 uma discussão muito qualificada com diversas reuniões e com várias propostas ta. Então bem
207 resumido, aprovou-se então na Câmara técnica é, uma proposta onde o valor do PPU ele
208 praticamente triplicou em relação ao valor original cobrado inicialmente na calha do Rio Verde
209 Grande né, a nível federal, após a aprovação na CTC. uma discussão que durou ai quase um ano e
210 meio, foi-se então para nossa plenária, também foi aprovada por unanimidade, e daí então a gente
211 encaminhou ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos ta, que em nível Estadual já aprovou e já
212 saiu no diário estadual e encaminhamos também a ANA e a CTOC que também é houve uma
213 aprovação. Então dito essas palavras, eu passo para vocês de volta aí, e se tiverem alguma dúvida
214 eu procurei ser bem sucinto né para não demorar muito uma reunião que tá imprevisto né e muitos
215 aí até alegar que tinham reuniões concomitantes ta, eu passo ai, se vocês tiverem dúvida em sua
216 disposição ta? Muito obrigado.

217 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – Ok.** Muito obrigado Flávio
218 pela, pela, pelos esclarecimentos. E aí queria passar também por uma breve fala do Anderson,
219 Coordenador da Câmara Técnica de Outorgas e Cobrança, que foi a câmara técnica que se deteve
220 a analisar a matéria.

221 **SR. ANDERSON BEZERRA (COORDENADOR DA CÂMARA TÉCNICA DE**
222 **OUTORGAS E COBRANÇA) –** Obrigado Wilson. Bom dia a todos e a todas. Muito brevemente
223 Wilson é, só comentar como foi o processo de análise dentro da Câmara Técnica de Outorga e
224 Cobrança. Primeiramente é importante falar que compete ao CNRH definir os valores a serem
225 cobrados né, e foram propostos pelo comitê, então estamos abarcados aí pelas competências do
226 decreto 10000 e observando claro as resoluções 48 e, 48 e a 192 que tratam sobre as diretrizes né,
227 para cobrança também para atualização dos valores dos PPUs. Isso foi analisado na CTOC, foi,
228 foram observadas essas resoluções e durante a décima quinta reunião da CCTOC que ocorreu em
229 agosto 2022 é, houve essa apresentação preliminar né, pela diretoria, então houve uma discussão
230 preliminar mas, como encaminhamento foi solicitado a Agência Nacional de águas que realizasse
231 uma elaboração de uma nota técnica né que subsidiasse a análise da CTOC. E dessa forma foi feita
232 e apresentado na 16ª reunião é, que ocorreu em setembro. Então foi a nota técnica 22 da SAS.
233 Analisou então a deliberação 96 do comitê. É, na, destacou-se nas discussões do CTOC que os
234 recursos arrecadados com esses novos valores eram mais do que suficientes para implementação

235 do plano de bacia né. Contudo, uma das questões que foram, foi mais delicada na discussão, foi a
236 sustentabilidade financeira né da parte administrativa do comitê né, da Agência Peixe Vivo. É, isso
237 foi o mote da discussão, mas também ficou claro para todos do, da CTOC por unanimidade, houve
238 aprovação da liberação 96 uma vez que o comitê ainda tem até dezembro final desse ano, para
239 apresentar uma alternativa né, de estrutura administrativa que é, constata-se a sustentabilidade
240 financeira com esses novos valores de PPU né. Então dessa, forma, abarcados pelo contrato da
241 Agência Nacional é, de águas né, com agência delegatárias, ficou, ficou clara a, a sustentabilidade
242 dos valores para implementação do plano né. Mas ainda é faltando essa composição administrativa.
243 Então a minuta foi apresentada na 17ª reunião, foi em 26 de outubro, foi aprovado por unanimidade
244 né. E foi uma minuta de resolução simples apenas aprovando os termos da deliberação 96 né. E foi
245 encaminhado dessa forma com a sugestão de aprovação a, a CTAL, a Câmara Técnica de Análise
246 Legal aqui do Conselho como é, como apresenta o regimento interno do CNRH. Então dessa forma
247 foi apresentado Wilson, houve algumas alterações na CTAL; eu não sei se você gostaria de
248 comentar ou se eu poderia já falar um pouco sobre a única alteração que teve. Posso falar?

249 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Por favor. Por favor.

250 **SR. ANDERSON BEZERRA (COORDENADOR DA CÂMARA TÉCNICA DE**
251 **OUTORGAS E COBRANÇA)** – Então na CTAL, a única alteração que teve, já baseado na, no
252 decreto né de que, que, que orienta a revogação, consolidação dos atos normativos, então foi
253 acrescentado um dispositivo além da, do dispositivo do artigo primeiro que foi a aprovação dos
254 mecanismos de valores da cobrança, como tá aí na tela, o artigo segundo, sugere a revogação do,
255 do, da resolução CNRH 171 que era resolução anterior que é aprovava lá em 2015 os PPUs né, da
256 bacia. Então seguindo essa linha do decreto é 10 139 se eu não me engano né, o, a CTAL fez essa
257 essa, esse incremento e também tirou um termo chamado de novo valores da cobrança e sim é uma
258 continuidade né da cobrança só atualizado. Então não é necessário esse termo novo. novos valores
259 da cobrança. Então isso também alterado na CTAL sem entrar no mérito. Então dessa forma chegou
260 agora aqui na plenária aos conselheiros para avaliação. Com a sugestão realmente da CTOC de
261 aprovação desses valores de PPUs. É isso Wilson.

262 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem. Muito
263 obrigado Anderson. E gostaria de consultar a equipe da Agência Nacional de água se tem alguma
264 consideração a fazer. Sobre tudo com relação a nota técnica que foi encaminhada para subsidiar a
265 decisão do plenário do CNRH.

266 **SR. MARCO ANTÔNIO AMORIM (ANA)** - Obrigado Wilson. Um bom dia a todos. Marco
267 Antônio aqui da ANA. O Flávio destacou bem que a motivação do comitê para trabalhar uma
268 revisão dos mecanismos, não é só de valores, é revisão de mecanismos e valores, surgiu de uma
269 deliberação do Conselho Estadual Mineiro de Recursos Hídricos e que é bem importante o CNRH
270 tomar conhecimento porque foi algo que promoveu a cobrança no estado de Minas Gerais. O quê
271 que o conselho Mineiro fez? Ele estabeleceu regras Gerais com dispositivos transitórios e esses
272 dispositivos transitórios teriam vigência a partir de dois anos se o comitê de bacia não se

273 manifestasse sobre a cobrança naquela bacia. Esse prazo da resolução do Conselho, ele é até março
274 do ano que vem. Então vários comitês a partir da iniciativa do comitê Mineiro que pode ser seguido
275 pelo Conselho Nacional é, deliberaram sobre a cobrança. Então Minas tinha aproximadamente 12
276 comitês, que já estavam com cobrança implementadas, mas são 36 unidades. A Assembleia
277 Legislativa constatou a morosidade da implementação da cobrança e o conselho agiu. Então depois
278 disso mais de 12 comitês já deliberaram sobre a cobrança adotando a própria, em geral né, adotando
279 o próprio mecanismo transitório aprovado pelo conselho Mineiro muitos deles aprovando para
280 cobrança iniciar imediatamente para não esperar o março do ano que vem para ser iniciado. Então
281 é uma visão que o CNRH também pode ter para implementação da cobrança no país. Então como
282 eu disse não é somente atualização de valores, atualização de mecanismo e valores, Minas Gerais
283 optou pela simplificação das equações, o que também é positivo para facilitar não só a
284 operacionalidade da cobrança, mas também o entendimento do usuário pagador sobre aquilo que
285 lhe está sendo cobrado, Se coloca muito esperança na cobrança e as formas de cobrança proposta
286 até então para o comitê de bacia são enormes, que dificulta o entendimento do usuário e pagador.
287 No caso de Minas Gerais, optou-se por simplificação da fórmula, e é o que o comitê do Verde
288 Grande também vem apresentar o conselho, o que é extremamente positivo essa simplificação. A
289 gente diverge do entendimento da câmara técnica de que há recurso suficiente para suprir a
290 necessidade de investimento do Plano. A nota técnica da ANA conclui no sentido oposto, e o que
291 foi falado também a gente concorda, vai ter muita dificuldade para poder fazer o custeio da agência
292 de água, como o Anderson colocou, existe dispositivo contratual entre as partes né. Tanto comitê,
293 quanto a agência, quanto a ANA, ao firmarem contra a gestão disseram-se até 31 de dezembro não
294 houver demonstração de sustentabilidade para manter, manutenção daquele contrato. o contrato
295 enseja sua revogação. O Flávio quando participou das câmaras técnicas do Conselho Nacional, e
296 depois também encaminhou isso a ANA, está em articulação com os comitês afluentes para uma
297 atuação integrada dentro da Bacia do São Francisco né, que também é positivo, há muitos comitês
298 afluentes no São Francisco além do comitê do São Francisco. Então essa integração e essa
299 harmonização para que haja possivelmente até mesmo uma única agência atuando naquela bacia é
300 super importante para o desenvolvimento das ações na bacia do Rio São Francisco. Então isso está
301 em andamento né, essas análises desses números, estamos em contato com a Peixe Vivo também
302 para saber se a alternativa organizacional para manter o contrato de gestão e até 31 de dezembro
303 alguma decisão deverá ser tomado juntamente com o comitê da bacia, agência Peixe Vivo e a
304 ANA. Obrigado. Era isso Wilson.

305 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigado Marco.
306 Então com isso eu gostaria de abrir aqui a discussão sobre o assunto. Por favor. Primeiro inscrito,
307 Anivaldo.

308 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
309 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - Bem, é... Bom dia a todos e a todas novamente. De forma
310 aqui bastante objetiva, é importante tratar dessa questão da sustentabilidade, eu não, não tenho
311 conhecimento aprofundado de como o comitê do Verde Grande chegou a esses números, mas é

312 importante que o comitê mantenha a sua autonomia e se fez essa discussão, e a sua decisão deve
313 ser claro que aprovada, entretanto eu quero chamar atenção né, nesse contexto que é, nós
314 precisamos aclarar bastante em que termos está se trabalhando essa idéia de uma agência
315 delegatária única envolvendo o comitê do São Francisco, comitê dos rios afluentes ao São
316 Francisco e mais um comitê Federal como é o caso do Verde Grande e possivelmente outras
317 adesões. Pelo seguinte; essa é uma questão que está sendo começando a ser debatida cada vez mais
318 no comitê do São Francisco no sentido de que haja uma completa transparência de como a agência
319 Peixe Vivo, com uma estrutura única, vai atender a comitês estaduais, a comitês federais, porque
320 isso não tá muito claro no organograma de funcionamento da agência né. O comitê do São
321 Francisco em relação aos comitês Estaduais de rios afluentes, tem toda a intenção de claro,
322 promover uma integração, mas essa integração tem que ser em bases absolutamente transparentes.
323 Porque uma coisa são os comitês de rios afluentes estaduais de Minas, outra coisa é um comitê da
324 calha Federal, e outra coisa é o outro comitê Federal como aqui no caso do Verde Grande. Então
325 como a contribuição de cada comitê faz funcionar uma estrutura única, isso não tá muito claro. E
326 o comitê vai exigir do Conselho de administração da agência Peixe Vivo, que é uma agência
327 delegatária, que é fique claro quem é quem, recursos de quem vão financiar o quê, porque isso
328 evidentemente tem que ter uma base justa de funcionamento né. E isso ainda não está claro, nós
329 esperamos que isso fique é, clarificado porque a estrutura né, de, de pessoal da agência Peixe Vivo,
330 ela trabalha com alguns funcionários que são financiados né, com recursos da arrecadação estadual,
331 outros que são financiados com recursos da calha Federal ou seja, do comitê de São Francisco e
332 outros ainda né, em futuro próximo, é, pela arrecadação do verde grande. Então á um sentido claro
333 de cooperação, ou seja, não, não se trata aqui tem uma coisa egoísta de cada comitê ter lá o seu, a
334 sua, a sua compartimentada estrutura de gerenciamento né. A intenção de que se você tem uma,
335 uma entidade delegatária única de que você fortaleça né, dentro do que for possível, entretanto isso
336 tem que ficar bastante claro. O fato de você ter desejo de cooperação não significa que as
337 informações sobre quem é quem, quem financia quem, isso precisa ficar claro. Eu tô levantando
338 isso, não é assunto agora que do dia, mas apenas antecipando questões que precisam ser resolvidas.
339 E Fundamental, e uma outra coisa, a questão da Integração ela tem que ser feita é claro, dentro de
340 um contexto de absoluto respeito pela autonomia dos comitês. Tanto a autonomia dos contextos
341 federais, quanto a autonomia dos contextos estaduais. Isso tem que ser feito no contexto também
342 do São Francisco, do pacto das águas que o comitê do São Francisco propôs, aprovou em resolução
343 e que a agência nacional de águas bem como os nossos parceiros, por exemplo a Secretaria de Meio
344 Ambiente e Recursos Hídricos de Minas e dos outros estados ribeirinhos, precisam é claro, apoiar
345 para que o pacto das águas se faça dentro da bacia né, dentro de uma visão de futuro que de fato
346 possa promover a universalização da implantação dos instrumentos da gestão hídrica em toda, no
347 contexto de toda bacia. Portanto não podem ser iniciativas é, fragmentadas e desconectadas.
348 Esperamos que no próximo ano nós possamos estreitar com a agência nacional de águas um diálogo
349 bem mais aberto, com a participação dos representantes dos estados, isso tudo está previsto no
350 contexto do pacto das águas. Para que todo esse avanço que está fazendo aí, possa de fato resultar
351 no avanço geral da, da questão da gestão da água. E por último, apenas destacar que mesmo com

352 contradições e mesmo tendo o cuidado né de fazer com que haja um mínimo de coerência né, nessa,
353 nessas que estão sendo adotadas nos estados para implantação da cobrança, de qualquer forma não
354 deixa de ser positivo que o processo da cobrança avance. Mas este próprio conselho deve ir
355 estudando as diversas iniciativas, posteriormente amadurecer né, com as melhores experiências
356 nacionais, um, um conjunto de normas né, que possam fazer com que o futuro da cobrança nem
357 seja uma cobrança tímida né, que não corresponde ao verdadeiro valor da água bruta como bem
358 comum de todos, e nem seja uma cobrança né, é digamos assim, para além das possibilidades dos
359 pagantes. Então é isso; não. Já terminei. Só queria destacar esse aspecto.

360 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Mas foi oportuno ao seu
361 comentário Anivaldo e inclusive só para registrar né, dentro dos estudos que foram contratados
362 agora para dar suporte as ações do Plano Nacional de Recursos Hídricos, um dos escopos de uma
363 consultoria contratada aqui pelo Ministério é justamente estudar esses arranjos de delegatárias, de
364 agencias de água. Porque realmente a gente precisa avançar, otimizar e ao mesmo tempo garantir
365 que ela seja eficiente e eficazes também né. Então isso é essencial. É, Flávio por favor, e a seguinte
366 a Cristiane estava inscrita e Jordana. Por favor Flávio.

367 **SR. FLÁVIO GONÇALVES (CBH VERDE-GRANDE)** – Bem, só para poder incorporar ai, e
368 agradecer a palavra do Anivaldo, uma boa experiência e trazer alguns questionamentos né. No caso
369 da Peixe Vivo Anivaldo, a Peixe Vivo já é a agência delegatária ali do São Francisco né, você teve
370 lá, presidente, ainda continua né, do Verde Grande e aqui ainda tem o Pará e o velhas que são
371 estaduais. Então ela já faz esse trabalho ta. Independente disso, ta, a gente tá discutindo agora em
372 dezembro, daqui pouco menos de duas semanas a gente deve reunir lá o CBH São Francisco, os
373 afluentes mesmo e já tá em volta uma discussão desse ponto, conversei o pessoal da Peixe Vivo
374 também na semana passada já para adiantar essas discussões ta, muito provável a gente tentar
375 caminhar nesse sentido. Mas já chama atenção o seguinte; já existe isso dos quatro comitês e
376 mesmo assim os sete e meio por cento é inviabiliza né. Existem outras que pendências. eu acho
377 inclusive muito difícil (Ininteligível) a gente conseguir resolver isso até dezembro. É uma coisa
378 muito complexa, a aprovação está sendo ainda... (Ininteligível) a gente sabe que é mais complicado
379 né. O grande questionamento é o seguinte; a ANA tem uma conduta, o Estado tem outra né. Então
380 as finalidades finalísticas ta, é, objetivo finalísticos lá dos recursos no que diz respeito ao custeio
381 da agência delegatária tem uma certa flexibilidade aqui enquanto a nível Federal, quando chega no
382 nível estadual ela já trava algumas ações. Mas isso não impede da gente estar conversando e
383 discutindo ta, essa conversa ao meu ver, ela vai trazer independente do resultado que chegar, um,
384 frutos interessantes porque a gente vai avançar no sentido de pensarmos uma estrutura que seja
385 mais enxuto possível onde os custos possam ser diluídos né. Uma vez que existem estruturas locais
386 que demandam o mínimo de mão de obra né, mas existe tudo uma estrutura técnica por trás, e
387 jurídica né, para dar um suporte aos comitês. Tá? É só para poder fazer essa contribuição mostrando
388 que essas discussões elas vão trazer, no meu ponto de vista, um outro olhar crítico aí no nível
389 superior para que tenhamos aí sucesso no desenvolvimento dos comitês de bacia.

390 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigado Flávio. É,
391 Jordana por favor.

392 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES)** – Bom, bom dia a todos,
393 é mais para colocar né essa questão aí da velha polêmica sustentabilidade das agências, a gente tem
394 isso aí é algo, pouco, mais frequente né principalmente aí nos comitês federais, acho que o Marco
395 sabe bem, a gente passou isso e passa isso muito pelo CDH Paranaíba também. Mas eu acho que é
396 muito mais essa questão de fazer esse arranjo né. A Construção e de forma integrada e como né, o
397 Anivaldo, e o próprio Flavio colocou, a, conseguir colocar uma agência única né, atuando ali dentro
398 de vários comitês sejam eles de âmbito federal e no âmbito estadual também né. Nos de estadual
399 que você consegue diluir alguns custos fixos né de uma agência. É só para colocar também né,
400 como o Marco colocou, e citou o exemplo do, que Conselho né, colocou aquela possibilidade de
401 mecanismo né, de valor de mecanismo e valor para o caso de Minas Gerais, nós do setor
402 agropecuário né, de usuários de água, a gente entende que às vezes uma fórmula muito simplificada
403 ela não condiz com o próprio instrumento da cobrança que é a, você prever e buscar sempre a
404 melhor forma, melhor uso dentro de onde ele for né. Então a gente acredita sim, que ter dispositivos
405 que você beneficia o bom uso né, e o uso bem-feito, ou as boas atividades, ou as boas práticas que
406 são feitas dentro das, seja ela propriedade rural, seja ela dentro de uma Indústria, seja ela dentro do
407 setor de saneamento, onde for, faz parte do próprio de cobrança. Então a gente acredita que não foi
408 a melhor forma né, que se deu em Minas Gerais, essa aceleração gera uma inadimplência grande,
409 que é o que Minas hoje vem enfrentando, justamente por não ter sido algo a que partiu dos comitês.
410 Ter sido algo colocado de cima para baixo. Como a gente vê políticas tentando trazer isso, a,
411 próprias revisões né, PLs que tramitam no Congresso. Então a nossa idéia, e esse estudo que você
412 colocou Wilson, eu acho que vai ser importante porque, o Anderson dentro de uma reunião do
413 CTOC apresentou a gente começar a estudar revisão da resolução de cobrança, porque que não
414 avança. E nós do setor usuário, a gente entende que não avança porque ela mesmo não consegue
415 aplicar o seu objetivo. Então a gente vê diversos comitês com diversos recursos que não conseguem
416 aplicar, que não conseguem bons projetos, e aí a gente vai falar em aumentar a base de arrecadação.
417 Então primeiro a gente precisa ver as coisas funcionando, ver os comitês conseguindo empenhar
418 os recursos, fazer, igual o Flávio colocou, essa dificuldade às vezes de entendimento do que a ANA,
419 do que o órgão estadual coloque, isso tudo atrapalha e dificulta o próprio comitê que tem uma
420 cobrança digamos a gastar a investir o seu recurso dentro da bacia. Então acho que a gente precisa
421 sanar esses problemas às vezes operacionais ou administrativos entre os entes. para depois a gente
422 falar em ampliar. Porque senão a gente só vai aumentar o volume parado dentro dos caixas e isso
423 não é incentivo para você falar com comitês de aumentar e de ampliar, seja a base de cobrança,
424 seja o valor de PPU, se a gente tem exemplos não muito legais. Então é mais nesse sentido que a
425 gente queria também deixar nosso relato.

426 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigada Jordana.
427 Cristiane Battiston. Por favor.

428 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Bom dia a todos. Primeiro uma colocação sobre
429 apresentação do tema né. Eu acho que a apresentação aqui na plenária, ainda mais que está
430 mudando a metodologia e os preços, deveria ter apresentado a metodologia né, eu sei que a gente
431 recebeu a nota, tô com ela aqui do lado, mas devia ter apresentado a metodologia e os preços né,
432 que a gente tá aprovando, acho que fica aí para, como recomendação para outras apresentações
433 similares, é, e uma outra coisa é uma pergunta, sobre a fiscalização do uso na bacia né. Essa
434 metodologia está dizendo que é, entra na fórmula o volume medindo e declarado. Né? Então essa
435 declara, é uma autodeclaração do usuário, existe uma fiscalização, acompanhamento, e se houver
436 essa fiscalização essa verificação de volume vai continuar sendo cobrado pelo me declarado que é
437 o que tá na, na metodologia aprovada no comitê. Só esses esclarecimentos por favor.

438 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok Flávio você pode por
439 favor tirar essa dúvida esclarecer esse ponto.

440 **SR. FLÁVIO GONÇALVES (CBH VERDE-GRANDE)** – Bem, isso vem também lá de cima
441 sabe Cristiane. Eu também concordo nesse aspecto. A gente, na verdade, quem fez com relação à
442 cobrança na calha, triplicou o valor ta. Então a gente tinha um valor aí, que a gente considera ínfimo
443 que já tinha sido aceito aí nas cobranças de três anos atrás aí, junto a ANA, então o Conselho
444 Estadual definir um valor mínimo no estado, a CT se levantou a discussão, a princípio seria um
445 valor, o dobro que seria cobrado no estado, balizando essa cobrança em cima do que seria
446 necessário para cobrir os custos de uma agência, mas a maioria das pessoas não aceitaram esse
447 formato de discussão, você parte de trás para frente né, haja vista que o valor já estava assim, a
448 priori, originalmente de seis vezes do que era cobrado, então aceitou-se um valor intermediário ta,
449 e nesse valor também seguindo a mesma metodologia do Estado, existe a possibilidade do seguinte;
450 dependendo do setor, ser o declarado ou ser o usual ta, utilizado. E ficou declarado ta. (Ininteligível)
451 na indústria ficou a média em declarado e utilizado. Entendemos também como a Jordana falou,
452 que é preciso um avanço ta. E nós achamos que, eu trabalho exatamente, eu sou da área da irrigação,
453 e trabalho especificamente com essa questão do uso racional da água irrigada né, a gente sabe muito
454 bem que a irrigação ela tem uma parcela aí importante no consumo de água Mundial, não só no
455 Brasil, na nossa bacia isso representa 90% de todo consumo pra vocês terem noção, É uma região
456 semi-árida, o Anivaldo deve conhecer bem essas regiões no Nordeste. Eu acho que assim, se não
457 foi o ideal, é um passo importante porque nesse momento no restante da bacia hidrográfica não
458 existe cobrança nenhuma, ta? É zero de cobrança. Então é, a algum tempo já, o IGAM já no
459 processo de outorga, já exige a utilização de hidrômetros, e (Ininteligível) principalmente em
460 postos plásticos que são os grandes use a água aqui da nossa região, então ai existe essa declaração
461 e a fiscalização a gente chama atenção que realmente não é uma fiscalização é a contento. O que
462 eu vejo particularmente, é que com essa maior disponibilização da automação, a tendência é
463 realmente que haja essa comunicação online ta, já existem algumas grandes empresas já fazem isso
464 ta, grandes irrigantes, e para facilitar a fiscalização. Eu acho que no primeiro momento, a gente
465 vai, isso é uma percepção minha, pessoal, tá Cristiane, vai sofrer um pouco com a questão da
466 fiscalização, o estado, a região é muito grande ta. É, não existem números de funcionários

467 suficientes do IGAM que possam, tenho essa visão clara, inclusive, dos funcionários do IGAM
468 aqui na região nossa, que foram meus alunos aqui da Universidade, são dois ou três então,
469 humanamente impossível a ver a situação ta. Quando é Federal na calha, já ta, tá mais instituído.
470 Por mais que seja uma declaração, recentemente houve a instalação de sensores nas bombas de
471 maior captação que representam mais de 70% de toda a vazão captada no rio, isso já tá comunicado
472 via satélite né, pela internet, e já cai direto lá na ANA né. Então facilita também no sistema que a
473 gente acompanha momentaneamente. Então a tendência no meu ponto de vista, é que no futuro
474 isso seja eficaz. Mas entendo que é, para o primeiro passo, na abrangência principalmente das, dos
475 usos das outorgas de posse tubulares, é um avanço significativo. Tá bom? Com relação a proposta,
476 assim, a proposta com rela, é, de cobrança, ela foi muito estudada com vários níveis de, de
477 otimização, mas a CPC achou por bem simplificar para nesse primeiro momento as pessoas não
478 terem essa dificuldade de entender essa sistemática né. Simplesmente você tem um uso, se você
479 declarou a tendência é o seguinte; eu declaro que vou usar x metros cúbicos. (Ininteligível) ta, você
480 vai pagar mais. Então existe uma tendência de no futuro essa pessoa então voltar e refazer essa
481 outorga, caso ela não vai fazer o uso desse volume, ou dessa vazão necessária para ajustar os seus
482 custos também né. Por mais que não sejam exorbitantes, como Anivaldo falou né, é importante ter
483 um valor que seja compatível com o uso econômico da água, seu valor econômico, mas a gente
484 entendeu que o avanço é significativo. Então a gente vai, um outro esfera de análise e as pessoas
485 vão começar a olhar a água conforme a lei 9436 que já é antiga né, como esse bem econômico.
486 Porque hoje a gente vê muito desperdício. Bem. Não sei se eu consegui me fazer entender ou se eu
487 respondi a contenta os seus questionamentos ta, mas eu tô à disposição.

488 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) – É.** Acho que tem um, dois
489 pontos importantes né Flávio. Primeiro que essa questão da falta de pessoal. E olha que Minas é
490 um estado que ainda tem uma capacidade razoável né, é para fiscalização e tem um outro ponto
491 que você mencionou que é o avanço com a telemetria. Porque eu acredito que esse, um futuro breve
492 eu espero que isso seja implantado de uma forma mais acentuada no Brasil todo né. Minas já tem
493 uma, uma regulamentação bem interessante para os grandes usuários, colocando prazo inclusive
494 para se adequarem e o Ministério junto com a Universidade Federal de Tocantins, tá apoiando a
495 implementação do sistema lá em Minas para fazer essa unificação desses dados telemétricos. Então
496 eu acho que a, o que vamos ter de mais eficiência para acompanhamento e fiscalização aí de
497 consumo de água, outorgas, vão ser os sistemas telemétricos, que inclusive no plano nacional de
498 Recursos Hídricos tem uma meta para ser implantado aí nesse horizonte de curto e médio prazo no
499 Brasil. Então acho que com isso, o Anderson já tinha previamente comentado as alterações da
500 resolução, Roseli; se você puder compartilhar Roseli, novamente na tela o texto da resolução para
501 a gente então fazer uma avaliação final e colocar pela, para deliberação, ok. O Anderson já
502 mencionou né, que inicialmente na versão encaminhada pela CTOC não havia revogação da
503 resolução anterior, que é a número 171, então na CTAL foi incluído esse artigo segundo que vocês
504 estão vendo na tela e também se mencionava novo valor, novo mecanismo de valor de cobrança, a
505 gente suprimiu. Realmente não há necessidade de indicar como novo. É o, é o atual né. É, então

506 acho que é isso. Se tiver alguma contribuição ao texto da resolução que é algum Conselheiro queira
507 trazer, fica à vontade. Wanderley, pediu a palavra, e Marco.

508 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE**
509 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)** - É, é muito rápido. É,
510 tanto o Flávio quanto o Anderson, já se colocaram na dúvida que eu tinha né. Olhando o material,
511 dava impressão que como está, a delegatária não ia dar conta, não era suficiente né. Então eu acho
512 que é fundamental essa colocação do Anderson, da reestruturação para que a gente não fique cada
513 vez que tem um problema aumentando o valor né. E por outro lado valor irrisório também, não tem
514 efeito demonstração. Valor como ta, eu acho que ele tem um efeito fundamental, isso que o Flávio
515 tá falando, que as pessoas vão rever outorga, vão ver volume reservado não utilizado, vamos rever
516 tudo isso daí; claro né. Mas eu acho que é fundamental, só queria registrar minha posição, claro, é,
517 favorável, mas eu gostaria muito de registrar a importância da revisão da estrutura da
518 administrativa. Para que a gente não volte depois tendo que dar conta de um déficit aí, é, possível
519 déficit. Desculpa aí. Flávio obrigado, Anderson muito obrigado viu.

520 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. Realmente foi um ponto
521 que se discutiu bastante na Câmara técnica de outorga e cobrança né Wanderley, e posteriormente
522 inclusive, se eu não me engano o CBH Verde Grande, inclusive encaminhou um complemento de
523 informação, primeiro ressaltando essa estruturação e também alertando para contribuição como
524 Flávio colocou da cobrança nos afluentes. Não é isso Flávio? Então é o que no cenário aí se
525 demonstra uma sustentabilidade aí, da cobrança do ponto de vista da agência delegatária.

526 **SR. FLÁVIO GONÇALVES (CBH VERDE-GRANDE)** – O que a gente fala Wilson, é, só para
527 poder reforçar aí a fala dos outros é que; a gente tem visto em outras discussões no fórum nacional
528 que os sete e meio por cento, ta, particularmente não tem sido suficiente para bancar uma agência
529 com estrutura que um comitê robusto precisa ta. Isso ai é algo que tem sido entre os diversos
530 comitês já formados e é algo que vai ter (Ininteligível) lá na frente ta. A gente consegue, não é o
531 momento de debater isso, mas é importante que vocês que estejam aí um nível mais elevado dessa
532 discussão do país, ta, levem isso pra frente.

533 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Marco, por favor.

534 **SR. MARCO ANTÔNIO (ANA)** - Obrigado Wilson. É só para complementar a questão da
535 fiscalização né, você já apontou bem né, evolução tecnológica, possibilitar a fiscalização e trânsito
536 de informações, isso é bem legal. Mas acho que o mais importante não foi falado. Que a ANA
537 pratica autodeclaração há muito tempo por confiar nos usuários né. A ANA tem adotado aquela
538 regulação responsiva né. E em geral, as pessoas são honestas né. Pena que tem alguns que são
539 desonestos. Mas para esse tem o rigor da lei né. Então se ele fizer uma declaração, fizer alguma
540 atividade que não vai de acordo com que a sociedade deseja, conforme a legislação e que ela
541 estabelece tem o rigor da lei para aplicar a ele. Então, os volumes são autodeclaratórios sim, ta,
542 através da declaração de uso que é feita anualmente, alguns casos vão ter essa transmissão

543 automatizada E caso o usuário burle essa, essa, (Ininteligível) ou declare informação errada, o rigor
544 da lei tá para aplicar sobre ele. Então temos essa, essa política também da ANA de tratar sempre
545 com pessoas que querem bem da bacia e por isso a regulação é responsiva. O outro ponto é corrigir
546 uma informação equivocada da Jordana, que, não aumentou inadimplência de Minas em função da
547 resolução do Conselho. Mesmo porque a resolução do Conselho nem entrou em vigor ainda né.
548 Ela entra em vigor da forma que é prevista em março do ano que vem. Então dizer que Minas
549 aumentou a inadimplência por conta da deliberação mineira é um equívoco muito grande. Não
550 houve isso. Porque a resolução nem entrou em vigor né.

551 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então, gostaria de
552 encaminhar então para a deliberação da resolução, se não havendo nenhum comentário aí em
553 acréscimo ao texto, coloque então para apreciação, todos concordarem como estão, Ok. Se tiver
554 algum, a indicação de abstenção ou contrariedade que queiram se manifestar para registro em ata,
555 ok. Então aprovada a resolução que dispõe sobre os mecanismos valores do CBH Verde Grande.
556 Flávio, obrigado pela, pela disponibilidade, pelos esclarecimentos, um abraço para todos aí do CBH
557 Verde Grande e bom trabalho para todos.

558 **SR. FLÁVIO GONÇALVES (CBH VERDE-GRANDE)** – Obrigado Wilson, eu agradeço aí a
559 oportunidade e agradeço inclusive os comentários dos colegas aí do nosso conselho né, que
560 importante a gente absorver e analisar tudo com carinho para que possa, que a gente possa cada
561 vez mais melhorar a nossa gestão ta. Boa reunião a todos.

562 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado. Então dando
563 sequência a nossa, a nossa pauta né, a gente tem agora como item 2, a apreciação do Relatório de
564 Segurança de Barragem, lembrando, desculpa no item 3 né, relatório de segurança de barragem, o
565 item 4 conforme foi solicitado pela Aparecida e concordado pela plenária, a gente vai de
566 posteriormente avaliar os encaminhamentos para acompanhamento do plano de, do Paraguai. Então
567 queria convidar o Luís, coordenador da câmara técnica de segurança de barragem para iniciar aqui
568 uma apresentação. E a equipe da CTSB que esteja disposta também aqui. Bom dia, Luis.

569 **SR. LUIS GUSTAVO WESTIN (COORDENADOR DA CTSB)** – Bom dia Wilson. Bom dia,
570 aos demais, um prazer tá aqui representando a CTSB. Essa atividade é ela é regimental do CTSB,
571 que é avaliar o relatório de segurança de barragens e propor aí ações ta. Nesse ano, nós é, decidimos
572 também até formar um grupo com uma certa antecedência para que ele já possa ir discutindo
573 problemas já identificados no setor, a gente antecipou um pouco a formação do grupo e colocou
574 como uma atribuição também revisar ou propor algumas moções que também foram discutidas e
575 eu acredito que tá na pauta também né Wilson. Então, a coordenadora do nosso grupo foi a Cristiane
576 Battiston é, e nós fizemos avaliação desse relatório de segurança de barragens, e também fizemos
577 avaliação aí de algumas moções que já haviam sido tratadas no CTSB anteriormente. Então eu peço
578 a ajuda aí da Cristiane para fazer a apresentação em maiores detalhes do que foi tratado aí na, no
579 grupo de trabalho, e deixo a palavra com você; e Cristiane, tô à disposição aqui para auxiliar.

580 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Tá bem. Muito obrigado. Eu só questiono se não vai
581 ter primeiro uma apresentação do próprio RSB pela ANA Wilson. Porque a gente se preparou para
582 apresentar o parecer né.

583 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Com certeza. Eu queria
584 chamar então o Rodrigo, o Rogério Menescal, né Rogério? Bom dia, tudo bem? Para uma
585 apresentação do relatório de segurança de barragem. Queria te pedir Menescal, aí em torno de 15
586 minutos tá, estourando muito 20, se for possível, para a gente tentar concluir no nosso prazo de
587 meio-dia. Mas, obrigado pela presença, obrigado aí pela disponibilidade.

588 **SR. ROGÉRIO DE ABREU MENESCAL (ANA)** – Bom dia a todos, conselheiros colegas, aí
589 alguns que eu revejo aí depois de algum tempo. Obrigado aí pela oportunidade. O superintendente
590 Marcelo ia entrar aqui para fazer uma preliminar, mas acho que com antecipação da pauta acabou
591 que ele não, não conseguiu. Então para ganhar tempo eu vou logo entrar na apresentação, se ele
592 aparecer, ele falando, reestruturou né, teve, criou uma nova superintendência, e a gente aqui tá
593 dando apoio nessa área de segurança de barragem agora. Eu vou pedir para Roseli, quando faltar 5
594 minutos Roseli, você me dá um toquezinho tá. Mas eu vou tentar resumir aí. É, a informação que
595 eu tenho é que não foi apresentado esse ano ainda o relatório aqui na plenária, só foi apresentado
596 na câmara técnica né. Então, bom inicialmente deixar aqui claro que esse relatório, ele foi
597 produzido pela equipe anterior, a Fernanda Laos está aqui presente, então o mérito do trabalho é
598 todo deles e da equipe né, e inclusive com o apoio da fiscalização. Então a gente tá aqui só
599 cumprindo a missão institucional aqui de fazer apresentação em função da nova estrutura. Antes
600 de mais nada, era importante só dar um destaque ao papel estratégico do CNRH na política nacional
601 de segurança de barragem, assim como né na política de política nacional de segurança, de
602 Recursos Hídricos né. O CNRH é o que zela pela política. Ele é o guardião da política. Então a
603 gente tá aqui no órgão máximo da política nacional de segurança de barragem, e esse relatório que
604 traz justamente os subsídios para que o CNRH possa dar os encaminhamentos e tomar as decisões
605 e orientações. É, em relação, também é importante, que aqui a gente tem representantes, isso aqui
606 é a visão sistêmica né, do acaba constitucional que tá por trás da política nacional de segurança de
607 barragens, e aqui a gente tem uma oportunidade de ter um pouco de todos esses atores aqui, desde
608 fiscalizadores, empreendedores, sociedade civil, então aqui está meio que representando todos os,
609 os personagens né, que atuam aí, que são previstos aí na política. Eu não vou entrar em detalhe
610 nisso aqui, só isso aqui é bastante tempo. Mas isso é o que está por trás da lei 12334 que definiu,
611 que estabeleceu a política nacional de segurança de barragens. E a importância também dos comitês
612 de bacia como elemento de ligação da sociedade com os fiscalizadores e empreendedores. Também
613 temos aqui vários representantes de comitês de bacia. Bom, o RSB, ele é um instrumento previsto
614 na lei federal 12334 que os senhores já conhecem, e tem como objetivos principais basicamente
615 dois. Dar da Transparência a sociedade e subsidiar a tomada de decisão pelos diferentes atores.
616 Poucos países no mundo, eu me arrisco a dizer que talvez o único país do mundo que faz esse
617 relatório de forma anual, estruturada e sistemática, trazendo para conhecimento, dando
618 transparência e fomentando essa, essa questão de participação social, eu me atrevo a dizer que é o

619 Brasil ta. É o país do mundo que faz isso. O conteúdo mínimo está previsto na resolução 144/2012,
620 que vai, talvez vai ser revisado mas não vai mexer muito conteúdo, ele basicamente consolida de
621 informações dos órgãos fiscalizadores (ininteligível) de segurança de barragens, que são no total
622 são 33 hoje ativos, a relação tá lá no relatório não vou entrar aqui em detalhe, mas principalmente
623 os federais, os estaduais né, e da área ambiental também, e pode um dia talvez ter até um nível
624 Municipal. Ele é essencialmente baseado no SNISB e informações complementares dos órgãos
625 fiscalizadores. Então é muito importante deixar claro que o que a ANA faz é uma consolidação das
626 informações que são enviadas por parte dos outros órgãos né, inclusive algumas informações
627 complementares. O período dos relatórios é do, anual né. Primeiro de janeiro a trinta e um de
628 dezembro.

629 E, esses, 2021, especificamente teve o desafio, que ele foi logo depois da alteração promovida pela
630 lei 14.066 na lei 1234. Ok? Então aqui é mais ou menos um círculo né, Final do ano a ANA fecha
631 os dados do SNISB, até fevereiro os órgãos fiscalizadores encaminham complementações por meio
632 de formulários específicos, em 30 de junho a ANA já tem que ter consolidado as informações,
633 aprovado internamente na, na, no comitê de editoração e na DIREC, encaminha para o CNRH e já
634 disponibiliza também no site do SNISB. E, paralelamente a isso, também faz disponibilização de
635 formulários que serão utilizados para o próximo ciclo. O CNRH na sequência aprecia e caminha o
636 RSB ao congresso, assembleias legislativas estaduais e Distrito Federal, governos federais,
637 estaduais e distritais, e em função disso, toma decisões e por meio de resoluções, diretrizes, moções,
638 que eu achei então inclusive muito oportuna antecipação do relatório entre as moções, porque as
639 moções são justamente os encaminhamentos do Conselho e função das, das percepções de pontos
640 mais estratégicos que ele considera relevante encaminhar aos tomadores de decisão. Aqui é um
641 novo portal dos SNISB né, ele, ele tá com a cara nova, está uma roupagem menos, menos pesada,
642 mais interativa com usuário, uma nova plataforma, não vou entrar em detalhes, mas aqui tá o, o
643 destaque para o para o relatório de 2021, inclusive com seus anexos. Ele tem umas planilhas em
644 anexo do relatório, além do PDF. E quem quiser maior detalhes sobre esses, portal para tornar mais
645 interativo com usuário, ele tem aqui uma apresentação que foi feito em outubro que fala das
646 principais ferramentas dele e detalhes. Eu não vou entrar em detalhe. O tempo aqui é exíguo. É,
647 com relação ao relatório em si, ele tá aqui nessa página, na parte documentações e capacitações,
648 tem vários documentos e os relatórios né, ano a ano. É importante destacar, aqui ta o, a capa do
649 relatório, que esse relatório ele, ele tem que ser analisado, ele complementarmente com outros dois
650 instrumentos, documentos. Um que é uma versão em linguagem simples que foi elaborada para
651 facilitar a interpretação do relatório para os usuários em geral, comunidade e sociedade em geral,
652 e um relatório que está em gestação, que já deve estar para ser publicado, que é uma parte mais
653 fixa permanente do relatório que antes vinha dentro do relatório, mas ficava se repetindo ano a ano.
654 Então ela foi extraída do, do, do relatório para ele ficar mais objetivo e essa parte é permanente vai
655 ser posta no documento que também vai estar disponível e, em paralelo. Com relação ao relatório,
656 deixando bem claro que aqui eu tô me reportando ao relatório. Então os dados são de 31 de
657 Dezembro de 2021. Então o cadastro do SNISB hoje conta com 22.654 barragens, dessas 5.474

658 estariam em quadradas na política e 4313 não estariam. Lembrando que para estar enquadrar na
659 política, a altura maior do que 15 metros, volume maior do que 3 milhões de metros cúbicos,
660 reservatório com resíduos perigosos, DPA alto ou médio, agora em função da alteração da lei né,
661 e tem um que é de categoria de risco, mas que na prática ninguém não usa porque depois, um dia
662 a gente explica melhor porque que não, não é conveniente usar aquela classificação. Então desse
663 5.000 seriam enquadrados e 4 mil não. Vejam que vai, aqui que vai dar 10 mil, fica um gap aqui
664 de 12 mil que não estariam classificadas né, com relação a determinar se estão na política ou não.
665 A gente também utiliza um indicador de completude das informações que estão nesses 22 mil
666 cadastros aí. Vê que as informações nível mínimo é basicamente; coordenada, nome, municípios e
667 uso principal. Aí vai aumentando o nível de completude da informação. Você vê que tem muitas
668 barragens ainda que estão com um nível elementar de informação. Isso dificulta muito a, digamos
669 assim, a determinação dos danos, do dano potencial, altura, volume, coisas do tipo que inclusive
670 verifica se tá ou não enquadrado na política nacional de segurança de barragem. Esse é um ponto
671 importante para deixar registrado aqui. Tem muitos colegas aqui de órgãos gestores estaduais né.
672 Então, mas mesmo assim houve aumento de 3% em relação ao relatório anterior, aqui os destaques
673 né, os órgãos que mais acrescentaram barragens de seus cadastros e alguns que revisaram a forma
674 de cadastrar e retiraram inclusive algumas barragens. Rio Grande do Sul inclusive, é o que tem
675 mais barragens no, cadastrados no SNISB. Isso é um desafio, eu vou mostrar mais na frente que
676 esse número de 22 mil tá longe de ter todas as barragens do país. Mas 54% tem informação de
677 altura, 87% tem informação de volume, 51% tem algum ato de autorização da barragem né, do
678 empreendimento, 50% só tem empreendedores identificados, 57% sem informações suficientes
679 para a política como eu já comentei, e cinco mil, também já comentei, que é o quase houve aumento
680 de 24% em relação ao ano anterior. Aqui a distribuição da altura né, para as barragens que estão
681 submetidas a, a política, aqui a distribuição de volume também, com relação as que estão em quadra
682 na política, veja que a maioria são de pequenas barragens, menores que 1 milhão de metros cúbicos
683 né, quase pequenininhas, mas não menos importantes do ponto de segurança de barragem.
684 Lembrando que é um enfoque diferente da parte de Recursos Hídricos né. E aqui os usos principais
685 das barragens. Diversos, diversos usos, aqui as de mineração hidrelétrica, e a grande maioria são
686 de usos múltiplos e objeto mais especificamente dos órgãos estaduais e da própria ANA. Aqui só
687 para mostrar um exemplo de desafio, tomar Liberdade aqui do meu queridíssimo amigo Ramon,
688 divulgar aqui um trabalho que foi feito pelo Ceará, você vê o tamanho do desafio que a gente tem
689 que fazer é, 100 mil, 105 mil barragens, cadastradas por eles num trabalho feito em parceria com a
690 FUNCEME. Então aí um grande desafio de como cadastrar essas barragens no SNISB.
691 Teoricamente todas teriam que tá no SNISB; mas temos que por partes né. Não adianta querer dá
692 um passo maior do que as nossas pernas. E isso acontece em todos os estados. Minas Gerais eu
693 tenho informações que teriam 30 mil barragens. E outros estados por aí vai. Então não, é só para
694 ver o tamanho do desafio que a gente ainda tá para enfrentar nos próximos anos. Nisso até eu faço
695 um apelo aqui a, tem, como o grupo é bastante eclético, quem souber de modelos digitais de
696 elevação com resoluções menores do que 30 metros, por favor nos informe. Porque isso ajuda
697 muito os estados e os órgãos federais na parte de classificação do DPA. Cálculos das manchas de

698 inundação, coisa do tipo que poderiam acelerar nesse processo de verifica o enquadramento na
699 política nacional de segurança de barragem. Então por favor nos informe, porque isso   informa o
700 muito dispersa e acaba a gente não tendo conhecimento de tudo que o país está, está desenvolvendo
701 e já podemos aplicar na aqui. Bom, com rela o   classifica o DPA e CRI, temos 9.451
702 classificados com DPA e 8286 ponto a CRI.   que   mais ou menos metade daquele grupo l  das
703 barragens n . De novo lembrando que o DPA   necessário para poder verificar o enquadramento
704 ou não, na política nacional de segurança de barragem. Então tem 10 mil aí que, 12, 13 mil que
705 praticamente que ninguém sabe se está na política ou não. Aí de novo aqui os detalhes, 1219 tem
706 DPA e CRI altos ta. E 38% dessas, pertence a empreendedores públicos; seja estaduais, federais e
707 municipais. Outro instrumento importante da política,   o plano nacional de segurança de barragem.
708 E basicamente o plano ele abrange todos os documentos necessários para garantia da gestão da
709 segurança. Inclui inspe o de segurança regular, inspe o de segurança especial, a revisão
710 periódica de segurança de barragem, que na verdade, a revisão do projeto, verificar se o projeto t 
711 atualizado devido ao uso de ocupa o, a montante, a jusante, e das próprias tecnologias
712 (Ininteligível) tecnológicas da, do envelhecimento da barragem e suas estruturas, e o plano de a o
713 de emergência. Que também   um instrumento exigido em algumas situa es, e que a revisão da
714 Lei dos 334  , ficou mais exigente. Porque agora ele exige também para DPA médio. Além de para
715 todas as barragens de minera o, n ? E isso   um documento relativamente caro. Porque ele
716 envolve uma implementa o em campo, instala o de sirenes, de alarme, n , simula es junto com
717 Defesa Civil, então   um   um documento pesado n , que a lei foi, t  vindo mais rigorosa, foi a
718 interpreta o dos parlamentares na revisão da política.  , eu já comentei isso aqui vou passar. Mas
719   importante dizer que o PAE, ele tem uma componente que   mais ligado ao empreendedor, junto
720 com órgão fiscalizador, e uma outra parte, que   o PLANCON, que   o plano de contingência, que
721 tem que ser trabalhado junto com os municípios, n ? Então esse trabalho com a Defesa Civil  
722 muito importante n , e inclusive o objeto de recomenda es aí de algumas mo es que está sendo
723 proposta pela câmara técnica. Em termos de equipe n , dos órgãos fiscalizadores de segurança de
724 barragem, aumentou 12% em rela o ao relatório anterior, mas mesmo assim são só 257
725 profissionais e ainda assim compartilhados com outras áreas n . Então acaba não sendo totalmente
726 exclusivos. Temos aí também feito, registrado diversos eventos de capacita o. Vários estados
727 promovem n , semana de segurança de barragem, coisas do tipo. E aí houve uma queda em rela o
728 ao ano anterior, mas mesmo assim, t  havendo muita, curso de especializa o em segurança de
729 barragem, mestrado em segurança e barragem, t  tendo muita, o Profágua n , tem muitos temas
730 ligado a isso.  , com rela o a quantidade regulamento, também foi feito um esforço muito grande
731 ao longo desses anos para os estados se equiparem n , com regulamenta o de segurança de
732 barragem, só que agora eles vão ter que inclusive fazer uma revisão em fun o das altera es da
733 Lei e da própria revisão da CNRH 143 que tá em gesta o na câmara técnica de segurança de
734 barragens, deve estar vindo em breve. O Westin pode, não sei. Não   o momento de falar nisso,
735 mas daqui a pouco vai estar chegando uma proposta de revisão.  , com rela o   parte de
736 fiscaliza o, houve uma redu o importante aí por causa da pandemia nesse relatório de 2021.
737 Espera-se que agora com a melhoria da situa o possa se retomar n , essa, incremento da

738 fiscalização por parte dos órgãos fiscalizadores estaduais. Em termos de aplicação de recursos
739 públicos, vem evoluindo né, mas aproximadamente foram investidos na prática 128 que foi 64%
740 do que foi previsto nos orçamentos estaduais. Aqui com relação a acidentes e incidentes, que é
741 outro conteúdo mínimo exigido... Cinco minutos né Roseli? Cinco minutos. Obrigado.

742 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** Cinco
743 minutos.

744 **SR. ROGÉRIO DE ABREU MENESCAL (ANA) –** Exigidos aí na, na, no conteúdo mínimo
745 pela resolução 144 e muito oportuno né. É, porque isso não existia, o registro disso historicamente,
746 o SRB passou a tornar isso um ponto de atenção. Aqui para visualizar a distribuição espacial dos
747 acidentes registrados né. E aqui dos incidentes. Acidente é quando ocorre realmente a vazão
748 descontrolada né. Você não consegue controlar o a situação. E o incidente é algo anterior quer
749 dizer, se você não fizer a intervenção anterior, vai chegar no acidente, inclusive podendo levar a
750 fatalidades e perdas de infraestrutura. Aqui você vê a evolução histórica né, que você vê que era
751 pouca, o registro de acidentes. Mas a partir, ficou havendo uma forma de extrair isso de forma mais
752 consistente. Também é importante que a própria revisão que veio da Lei 12.334, fala agora de um
753 laudo técnico que é justamente para você aprender; aprender com o erro né. Então que, que os
754 outros fiscalizadores junto com os empreendedores elaborem laudos para que fique registrado o
755 motivo do, do, do que aconteceu né. Para que a gente possa corrigir normativos, normas técnicas,
756 coisas do tipo pra gente não insistir nos erros né, e continuar tendo acidentes com barragem. Isso
757 aí, prática no mundo inteiro. Com relação a recomendações, o relatório aponta de novo, eu tô
758 fazendo um repórter o relatório 2021, são as recomendações que são postas lá, elaboração dos
759 planos de segurança de barragem pelos empreendedores, dificuldade com relação a custo, quando
760 a gente identifica o empreendedor, muitas barragens a gente sequer sabe quem é o que é o
761 proprietário né, inclusão do SNISB é, no SNISB os volumes dos planos de segurança né, que
762 permitam trabalhar isso. Para que o órgão fiscalizador avalia a possibilidade do empreendedor
763 alimentar diretamente no SNISB isso, estruturação dos órgãos de proteção em Defesa Civil como
764 eu falei, a importância da atuação da Defesa Civil na atuação do PLANCON integrado com o plano
765 de ação de emergência nos casos de barragem que assim o exijam, e fortalecimento contínuo das
766 entidades de fiscalizadoras. Seja em termos de equipe, de recursos né, de treinamento,
767 capacitação... E por aí vai. E também uma outra recomendação feita aqui no relatório, que foi a
768 criação de um programa para apoiar execução de intervenções em barragens né. Sejam públicas,
769 sejam privadas. E que isso também em vários países tem. Estados Unidos né, alocam recursos
770 anualmente seus orçamentos para isso. Inclusive eu acho que está sendo objeto de uma moção, mas
771 na Defesa Civil né, para o Congresso Nacional. Bom basicamente é isso. Espero ter cumprido aí o
772 prazo, e a ideia aqui foi mais ou menos dar essa visão geral, o relatório tá disponível, estamos
773 disponíveis aí para eventuais dúvidas dos conselheiros, e agora vem aí, as contribuições aí, da
774 câmara técnico para aperfeiçoamento. Obrigado.

775 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Tudo bem. Obrigado
776 Rogério pela apresentação e é isso mesmo. Agora gostaria nessa, na sequência, passar para
777 Cristiane Battiston, que é quem vai fazer apresentação dos resultados do grupo de trabalho da
778 CTSB; quem analisou o relatório de segurança de barragens. Por favor Cristiane.

779 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Tudo bem. Vocês já, já estão vendo minha tela?

780 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Sim. Já está aqui em tela
781 cheia.

782 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Tudo bem. Bom, então na Câmara Técnica de
783 Segurança de Barragem a gente tem essa competência dada pelo decreto 10.000 d e emitir um
784 parecer sobre o relatório para submeter aqui a apreciação do plenário. A gente tem aqui no CNRH
785 a competência de emitir né, recomendações para melhoria da segurança, da segurança das obras.
786 Então essa é a nosso principal objeto aqui na análise do RSB. Ele é regulamentado pela resolução
787 144 é, anual né, a elaboração, como Menescal falou, e é um documento de responsabilidade da
788 ANA né. Então a gente é só recebe essas informações da ANA e faz então a análise aqui para
789 apresentar pro plenário. Na 18ª reunião da câmara técnica, a gente montou um grupo de trabalho
790 para analisar o relatório né. Foi bem antes da data de recebimento do relatório. Como já foi falado,
791 porque a gente também teve a missão aí de elaborar as propostas de, de moção que vem desde a
792 análise dentro parecer sobre o RSB 2018, então a gente fez as propostas de moção e também é uma
793 verificação se elas continuavam todas pertinentes e válidas né. Então apresentando aqui depois na
794 sequência né, só as que realmente permanecem válidas. O parecer foi concluído e ela, e apresentado
795 né, e aprovado na vigésima terceira reunião da CTSB agora em outubro. É, muito rapidamente né,
796 que na resolução 144, fala dos elementos mínimos que tem que ter no RSB, é a gente verifica que,
797 que a ANA cumpre né, com a apresentação todos os requisitos mínimos quando a gente considera
798 em conjunto o, os documentos que vem em anexo a ele né. Que a gente é sempre, é, que a gente
799 gostaria de dizer que são muito relevantes é, para todas as análises. Então trazer algumas
800 informações, algumas observações, é várias né. Bom, se repetir um pouco do que o Menescal falou,
801 mas a gente quer destacar algumas né. Aqui tem a evolução do cadastramento, a gente em 2017
802 tinha 24 mil, aí em São Paulo fez uma grande revisão, descadastrou várias barragens e depois a
803 gente continuou aí com essa evolução no cadastramento. Teve uma queda aqui na quantidade de
804 barragens enquadradas em relação ao ano passado que a gente não identificou muita justificativa
805 no relatório, essas, toda vez que falta essa justificativa dificultam as nossas análises. A gente vê
806 que o, o cadastramento ele ainda é bastante lento né. Menescal mostrou um estudo só do estado do
807 Ceará, que aí pega vários tamanhos né, de reservatórios e barragens que chega a 105 mil no Ceará.
808 A ANA tem um levantamento que tá até no âmbito do, da, do, ta no (Ininteligível) né, no
809 monitoramento do Recursos Hídricos que indica aí 174 mil massas d'águas artificiais. Então assim,
810 a gente vê que tá aí bastante distante, essas já são de, mais de cinco hectares acho, agora não gravei
811 muito número, mas já são de um porte um pouco maior. Então mostra para o nosso cadastramento
812 ainda tá bastante distante. E desses, dessas 22.600 barragens cadastradas, 44% são da SEMA do

813 Rio Grande do Sul né. O que sempre, o que gera assim, quando a gente olha os dados globais que
814 estão na RSB a gente fica então com essa dificuldade de interpretação porque o Rio Grande do Sul
815 acaba tendo uma influência muito grande em todas as, todas as estatísticas, vamos dizer assim,
816 nacionais né, e pode dar uma análise enviesada para gente. Quando a gente olha os relatos dos
817 fiscalizadores a gente vê muitos falando sobre insuficiência de equipe técnica, de capacitação e de
818 estrutura efetiva. Então isso vai fazer obviamente, com que a gente tem a dificuldade de
819 implementação. E como a gente vê e até hoje foi colocado, essa falta de equipe também para os
820 órgãos gestores de Recursos Hídricos que na maioria dos casos aqui são os mesmos né, os órgãos.
821 Então é, e como destacar no próprio RSB, em vários casos o técnico tá lá trabalhando para, na
822 fiscalização, e alguma atividade do gerenciamento de Recursos Hídricos, ele também cuida da parte
823 de barragens. Então Wilson queria registrar que talvez seja uma coisa e bastante importante para a
824 gente como CNRH olhando ambas as políticas de nossa competência que a gente faça um
825 diagnóstico junto aos órgãos gestores né, estaduais e Federal e tente buscar e algum, algum projeto
826 mais robusto né, de desenvolvimento institucional para as equipes, para o fortalecimento da
827 implementação de ambas as políticas. Então aqui só mostrando né, a distância entre a quantidade
828 de barragens cadastradas pelo Rio Grande do Sul né, para o primeiro estado que depois tem o maior
829 número de barragens, que Mato Grosso do Sul; então mais de 8.600 aí de diferença. É, e aqui tá
830 comparando o número de barragens cadastradas com o número de barragens cadastradas que não
831 tem informação suficiente para a gente saber se estão submetidas ou não a política. Então é, são, a
832 falta de informação é muito grande na maioria das, dos órgãos fiscalizadores, mas a gente tem
833 alguns destaques positivos né, e eu acho que mostra diretamente aqui o primeiro, que é, que tá
834 como o terceiro maior órgão fiscalizador em quantidade de barragens e que possui formação sobre
835 todas elas que é a ANEEL. Aqui ao lado, para a gente poder comparar né, é a quantidade de massas
836 de água artificiais cadastradas no SNIRH, então para a gente ter uma noção por estado aí o quão
837 distante cada estado está de cadastramento de suas massas d'água de suas barragens. Aqui mostra
838 então essa relação entre as barragens cadastradas e as sem informação. Então nós temos no Rio
839 Grande do Sul, 86% das cadastradas a gente não tem informação. Né. Então, aqui a gente colocou
840 destacando essas seis aqui, que, elas não, os órgãos fiscalizadores não tem formação de pelo menos
841 50% né, de suas barragens cadastradas. Isso dificulta muito porque a gente não sabe se tem que
842 cobrar ou não aplicação dos instrumentos da política de segurança de barragem. É, esse aqui, é,
843 das barragens submetidas a política né, 4.860 se enquadram nos critérios do artigo 11, que é o que
844 fala sobre a exigência obrigatória aí né, de elaboração de plano de ação de emergência. Mas aí tem
845 alguns trechos do RSB que, que dá um entendimento um pouco diferente. Então é uma observação
846 para o próprio relatório. No relatório de segurança de barragem já tem também aí uma sequência
847 de anos que são os órgãos fiscalizadores são, são questionados sobre quais as barragens que mais
848 os preocupam. A gente sempre entendeu né, que esse sentido dessa pergunta foi para que os órgãos
849 identificassem onde é que eles deveriam focar então suas atuações de fiscalização e garantir ali a
850 melhoria da segurança né, especialmente então nessas que são as que mais nos preocupam. Então
851 esse ano a gente detalhou um pouco do que é, do que tava acontecendo né, com, dos dados sobre
852 essas barragens. A gente verificou que dessas que preocupam os órgãos fiscalizadores, 9 possuem

853 DPA baixo. Que a gente estranhe. 17 possuem DPA médio, 35 não possuem classificação quanto
854 ao DPA. Mas 126 delas possuem DPA alto. 86 são classificadas simultaneamente como, como
855 categoria de risco e DPA altos, é, cinco delas preocupam, mas não se enquadram na PNSB, que
856 também é um ponto que a gente estranha, 26 preocupam, mas não está identificado se, se enquadra
857 ou não na PNSB, e 169 preocupam mas não apresentam nem a data da última fiscalização. Dessas
858 que preocupam, apenas 14 foram fiscalizadas em 2021. Então a gente verifica né, que por mais que
859 os próprios órgãos fiscalizadores informem que tem preocupação com essas barragens, não tá
860 surtindo efeito nas ações de fiscalização. Com o processo de revisão da resolução 143, a gente espera
861 dar mais elementos e poder superar a necessidade desse questionamento né, que acaba ainda sendo
862 um tanto subjetivo sobre essa preocupação. Então tentar fazer com que essa indicação fique mais
863 evidenciada na, nas próprias resoluções né, com a aplicação das próprias resoluções do conselho.
864 Das barragens enquadradas, a gente verifica 1088 do poder público, é, e dessas do poder público,
865 953, estão, 88% delas estão na região Nordeste né. Acho que é bastante compreensível pelas
866 condições de resiliência daquela região. Só que para as barragens públicas a gente tem essa questão
867 de dificuldade de implementação da política porque elas não possuem nenhuma receita vinculada.
868 Então muitas vezes não possuem equipe exclusiva né, dedicada à gestão da barragem. E a gente
869 verifica também que elas vêm sendo autuadas aí pelos órgãos fiscalizadores. Então em 2021, das
870 333 que receberam autuação por não implementação, por algum problema na parte de segurança
871 de barragem, 70 eram do poder público. A disponibilização dos recursos como Menescal mostrou,
872 ela vem aumentando, mas a gente ainda verifica que tá bastante aquém da necessidade. Sobre os
873 acidentes e incidentes, a gente verificou aí algumas questões de rompimento em cascata que foram
874 relevantes né. Dos 13 acidentes, não houve nenhuma fatalidade. Mas chamou atenção os
875 rompimentos em cascata de seis barragens. Essa de Curral de Dentro, que teve 284 afetados, depois
876 também teve outros dois eventos né, com o galgamento aqui em Vitória da Conquista, na Bahia,
877 com duas barragens rompendo em cascata e quatro barragens aqui em Catalão, em Goiás. O que a
878 gente queria destacar, principalmente na parte dos acidentes, é que a gente precisa de alguma forma
879 captar as informações mais padronizadas para poder fazer uma análise que nos leve a conseguir ter
880 algum programa, alguma ação né, para evitar esses acidentes. Então passa aqui por uma
881 recomendação para o próprio RSB, mas no sentido de que a gente obtenha informações e consiga
882 melhorar aí as ações de política pública né, de atuação do estado. Para depois (Ininteligível). Então
883 as recomendações ao RSB vão nesse sentido. A gente recomenda que se tenha um recorte estadual
884 na apresentação de estatísticas. A gente começou, tem enviado o RSB aos estados né, e recebemos
885 algumas respostas. Acho que diferente da nossa expectativa né, onde a gente busca mandar as
886 recomendações e mandar o parecer para que eles internalizem isso, mas os estados têm olhado. Eu
887 acho que como eles não se identificam no relatório, eles estão respondendo para gente que eles não
888 têm nenhuma contribuição RSB. E não é o impacto que a gente quer gerar nos estados. A gente
889 quer gerar essa mobilização para implementação da política. É, a gente recomenda uma coisa mais
890 simples né, ter esse link para o caderno explicativo sobre barragens, essas coisas que, que a ANA
891 vem separando, que a gente acredita também que está otimizando, porque algumas coisas são
892 repetitivas então é interessante você ter ele mais fixo. Mas manter os links para as pessoas acharem

893 com facilidade onde que tá né. Essa questão, que a gente falou sobre as barragens que preocupam
894 né, então aqui o nosso foco na revisão da resolução 143, onde a gente espera superar a necessidade
895 da própria realização desse tipo de pergunta mais subjetiva né. É, padronizar a coleta de
896 informações e relatos sobre acidentes, também a gente já comentou. É, uma recomendação, opa!
897 Que vem dos próprios fiscalizadores que participam da câmara técnica, é, consideração sobre as
898 fiscalizações remotas que vem sendo bastante realizados por fiscalizadores, então, consegui
899 incorporar isso no nos dados do relatório, o que a gente falou né, sobre as análises regionais aí,
900 especialmente a gente tem esse caso do Rio Grande do Sul, que tá afetando bastante os dados e as
901 tendências nacionais, para a melhoria das seguranças, da segurança das obras, a gente recomenda
902 um foco bastante especial em resolver os problemas encontrados nas inspeções pelos
903 empreendedores, é, é preciso usar esses instrumentos né, do que vem da política, mas realmente
904 implementar as ações que estão neles. Porque é isso que vai garantir a segurança das obras, muito
905 mais do que obviamente, os papéis né, que são gerados para cumprir a política, é, que uma vez
906 identificado os padrões né, das principais causas de acidente e incidente, que os órgãos
907 fiscalizadores atentem para essas questões e se empenhe na capacitação dos empreendedores para
908 manutenção das barragens e redução dos riscos de falha das estruturas. A gente também recomenda
909 que sejam reforçadas a exigência pelas, pelos fiscalizadores, de profissionais técnicos habilitados
910 para elaboração dos projetos e execução e operação e manutenção das barragens. Que se amplie as
911 iniciativas de preparação enfrentamento dos períodos chuvosos pelo poder público, esses períodos
912 chuvosos são onde a gente mais verifica rompimento de barragem. Então você já vem por uma
913 condição complexa né, de excesso de chuva e depois acaba gerando em rompimentos, rompimentos
914 em cascatas que, que, que prejudicam ainda mais é, a população. Então a gente sabe né, o, a
915 secretaria nacional de proteção e Defesa Civil ela faz sempre reuniões preparação por períodos
916 chuvosos e a gente acha que isso pode aí se expandir para os estados e até mesmo os próprios
917 municípios né, tendo esses esse movimento aí de, é, de foco na prevenção. Para evitar assim né,
918 visando evitar acidentes, a gente recomenda a obrigatoriedade da comunicação entre os
919 empreendedores de barragens em cascata. Destacadamente no caso de abertura de vertedouros a
920 montante, então criar essa cultura de comunicação entre os empreendedores que, cujo
921 empreendimento interfere né, um no outro. Para a própria câmara técnica de segurança de
922 barragem, a gente está recomendando a realização de um estudo sobre a definição de barragens em
923 cascatas e diretrizes a serem seguidas para melhor gestão da segurança dessas estruturas. Então,
924 até que ponto né, como que você considera e, a, e como que deve, como que você considera as
925 cascatas e como que deve ser as ações de segurança observando a interação entre os
926 empreendimentos. Recomendo-se que os fiscalizadores disponham de guias orientativos para
927 manutenções, vistorias, inspeções e outros. Bem como criem sistemas de credenciamento de
928 pessoas físicas e jurídicas habilitados a testar segurança barragem. Isso já tem uma previsão legal
929 então só reforçando né. Recomenda que sejam formados arranjos institucionais para o
930 compartilhamento de estruturas laboratoriais de pesquisa e de desenvolvimento, ampliando a
931 capacidade nacional de prestação de serviço na área de segurança de barragem, recomenda-se que
932 a câmara técnica de segurança de barragens promove uma interlocução com as entidades

933 fiscalizadoras para compreender a sistemática de cadastramento e captação de informações e para
934 promover o compartilhamento de boas práticas né. Porque a gente precisa ai, compartilhar essas
935 experiências e entender as dificuldades de cadastramento para até propor algumas ações que, que
936 ajudam né ao favorecimento da expansão do cadastramento. É, nós então analisamos também com
937 base já nos dados do RSB 2021, as propostas de moção que vinham da RSB 2018, e aí, para as que
938 seguem pertinentes a gente apresenta aí, na sequência, as propostas. Então eu vou parar por aqui.
939 Deixa eu parar de compartilhar. Eu só queria fazer um registro antes de te devolver a palavra
940 Wilson, é, registrar aí a Fernanda Laos né, e ao André Petry da equipe da ANA, que se dedicaram
941 aí, muitos anos a segurança de barragem e são responsáveis por imensos avanços né, na
942 implementação da política, dizer que foi uma satisfação trabalhar com vocês aí nesse tema, espero
943 que vocês não abandonem a militância da segurança de barragem. Obrigado.

944 **SR. ROGÉRIO DE ABREU MENESCAL (ANA)** – A Fernanda tá inclusive aqui e o Josimar
945 também. Obrigado. Desculpe.

946 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Mas o Josimar é da fiscalização. Ele continua.

947 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem. Obrigado
948 Cristiane, e mencionar também o trabalho da, do grupo, do grupo da câmara técnica de segurança
949 de barragem. É um trabalho voluntário que tem sido feito de forma brilhante por todos os
950 envolvidos na câmara técnica de segurança de barragem e também nos grupos técnicos né. Até
951 mencionar aqui a relatoria da Luciana, também que tem contribuído muito Luciana, e aí com isso
952 eu gostaria de abrir aqui para discussão dúvidas, questionamentos, que os conselheiros tenham aqui
953 para, para ANA, ou para o Luis e a Cristiane, a Cristiane Battiston. O Josimar pediu a palavra. Por
954 favor, Josimar.

955 **SR. JOSIMAR OLIVEIRA (ANA)** – Bom dia a todos, Eu continuo perturbando né Cris? Vou
956 ficar um bom tempo aí dando trabalho para vocês. Não, eu só fiquei com uma dúvida quando você
957 apresentou em algumas, quase nas últimas apresentações aí você fez uma recomendação da, você
958 podia até voltar ai, eu acho que, se eu não entendi errado, que fala que, da capacitação para os
959 empreendedores. È, Cris, eu entendi que isso estaria como uma recomendação para os órgãos
960 fiscalizadores eu acho. Acho que é mais para cima. Acho que aí né, não sei se foi essa, acho que
961 foi um outro momento. É. acho que foi. Acho que essa parte ai.

962 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Eu tô falando, eu tô falando aqui de microfone
963 fechado. É. tem esse aqui né. Que fala de capacitações aos empreendedores, quando identificado
964 os principais, causas de acidente né, naquela região,

965 **SR. JOSIMAR OLIVEIRA (ANA)** – É acho que foi. Eu achei que era outro; mas pode ser essa
966 daí também que ele está mencionando capacitação dos empreendedores e, eu achei que era outra
967 tá, que você colocou que os órgãos fiscalizadores capacitam os empreendedores alguma coisa do
968 tipo. Quase isso daí. Mas eu achei que era mais para frente. Mas pode ser. Era só para levantar um

969 ponto. É, se isso, não sei. Acho que era mais, era entre os sinais aí. Eu entendi que seria uma
970 recomendação para capacitação de a serem feitos pelos órgãos fiscalizadores. Esse é o ponto né. E,
971 eu, me chamou a atenção isso porque, isso, primeiro; não tem essa atribuição dos órgãos
972 fiscalizadores, capacitar empreendedor, isso previsão em lei né, não tem essa previsão legal. Apesar
973 de que eu acho que a idéia não é todo ruim, mas eu acho que não tem essa previsão. E não tendo
974 essa previsão eu não sei se cabe esse tipo de recomendação né. Só se for o caso, só ajustar, se for
975 o caso alguma coisa em relação a isso. E apesar disso, a gente também tem feito é, ao longo dos
976 anos, apesar de a gente não ter capacitação diretamente para empreendedor, temos nos manuais
977 que são direcionados aos empreendedores, que de certa forma entendas que seria uma capacitação,
978 se quiser entender dessa forma porque se consegue acessar o documento e ter orientação técnica
979 de como fazer inspeção, RSB e tudo; então para mim de certa forma a ANA já atua nesse sentido.
980 E também temos os cursos online né; que a ANA tem lá aquela trilha de conhecimento que também
981 direciona, dependendo do perfil de quem acessa lá, os cursos que estão disponíveis online. Isso é
982 um ponto que me chamou atenção porque eu li aí que seria como se fosse uma recomendação para
983 fiscalizador e como ela não tem esse embasamento legal, não sei se cabe da forma como ta. Esse é
984 um ponto que eu só me chamou atenção. E outro, você falou das barragens em cascata Cris, só
985 lembrando que a gente tem aquele acordo de com o pessoal dos (Ininteligível) que a gente teve já
986 uma discussão em relação PSBs simplificados né, que a gente teve até uma reunião sobre isso, e
987 não sei se você tá lembrando também, tem uma oração dentro desse acordo dos (Ininteligível) com
988 essa questão das barragens em cascata. É só para lembrar, e aí se for ter alguma iniciativa aí do
989 CNRH sobre isso, a gente também sentar e ver para não ter duplicidade de, de ações né. Igual a
990 gente sentou discutiui sobre PSB. Tá bom? Era só lembrando isso.

991 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** – Perfeito Josimar. Não, com relação as barragens
992 cascata a gente realmente acredita em um trabalho conjunto né, com, e aproveitando, na realidade
993 em vários casos a gente já tá tentando fazer essas discussões para não duplicar né, os esforços é, de
994 instituições diferentes. Seja com a ANA, com a ABNT, com diversos grupos, a nossa idéia é se
995 unindo esse complementando. Mas é, fica registrado é, o trabalho do, que vocês estão fazendo com
996 (Ininteligível). Nesse caso é, a gente colocou, acho que é esse aqui né, se empenhe em ações de
997 capacitação dos empreendedores, mas assim, eu não sinto um problema nessa recomendação
998 porque pode muitas vezes ser esse caso de estar indicando né. O próprio SNISB e o material, os
999 cursos que a ANA já disponibiliza. Mas acho que é uma coisa ainda que a gente vai ter que
1000 desenvolver bastante com essa padronização. Queria também ressaltar que assim, o registro dos
1001 acidentes e incidentes, ele tem evoluído bastante pelo acordo de cooperação técnica né, que, que a
1002 secretaria nacional de proteção e Defesa Civil tem com os órgãos fiscalizadores então, tem
1003 conseguido ter mais registros e mais detalhamento, mas acho que é uma coisa que para o futuro a
1004 gente pode ir também, unir esforços né, nesses movimentos de capacitação. O que a gente mais
1005 quis aqui era colocar assim; tentar direcionar as capacitações para o que na prática tá dando mais
1006 problema. Foi mais ou menos nesse sentido.

1007 **SR. JOSIMAR OLIVEIRA (ANA)** – Eu entendi. Só questão que eu levantei foi porque, deu a
1008 entender que seria uma recomendação para fiscaliza dois sem previsão legal. Não. aí, (Ininteligível)
1009 ta? Sem esquecer de falar, e vou dar uma agulhada aqui no pessoal do CNRH lá com relação ao
1010 GT, você falou aí que a idéia que a revisão dá 143 ela acabe lá e que com aquela idéia das
1011 (Ininteligível) críticas né. Eu espero que sim e isso tá ali por causa dessa discussão do, que a gente
1012 já sabe da minha opinião lá com relação a questão da realidade de campo e da realidade da matriz
1013 né. Matriz, ela não retrata fielmente né. E quando a gente publica a RCB, o que acontece é uma
1014 chuva de demandas de Ministério Público, de jornalista, de tudo, em cima de barragem com risco
1015 alto e que na verdade não tem risco alto né. E a gente fica explicando isso aqui e cansa de explicar
1016 isso todo ano. Eu acho que, com relação a risco né, risco alto. precisava ter isso em mente; porque
1017 na hora que sai esses riscos altos de novo e tem uma mudança na 143 que coloca que o risco alto,
1018 o risco vai ser avaliado em função de 4 indicadores, o que, o que seja maior deles se não me faz a
1019 memória né Gustavo. E para as barragens e acumulação de água que são a maioria delas, esse
1020 indicador que tá lá previsto, que é um dos quatro de gerencial né, ele para mim ele vai ser um
1021 problema para as barragens de uso múltiplo, porque 99% não tem, ou esse indicador gerencial vai
1022 dar alto, ta? E provavelmente muita dela vai dar alto como deu no início, quando começou a aplicar
1023 a matriz, a maioria das nossas barras da ANA deu DPA alto né. E daí a gente ter publicado uma
1024 resolução específica para tentar resolver esse problema com relação a DPA. Eu vejo mesmo, a
1025 possibilidade de ocorrer esse problema quando aplicar a matriz e dar tudo risco alto de novo, por
1026 conta, quando eu falo risco alto barra de uso múltiplo tá gente. As barragens pequenas e as
1027 barragens que a gente lida que são quase 70, 80% delas são barragens pequenas e não vai ter esse
1028 indicador favorável, tipo vai dar alto e vai dar a respaldo por conta disso né. E aí vai de novo voltar
1029 o mesmo problema da matriz não retratar né, e o pessoal ler né, e interpreta como risco alto tipo o
1030 pessoal que não trabalha na área né. Ministério Público às vezes não tem diferente, principalmente
1031 jornalistas e vai estar lá; barragem com risco alto que não tem problema nenhum, vai imagem que
1032 vai acontecer. Espero que seja minimizado isso mas ainda acredito que vai dar permanecer esse
1033 problema e aí essa questão vai, vai aparecer de novo na RSB.

1034 **SR. LUIS GUSTAVO WESTIN (COORDENADOR CTSB)** - Oi Josimar. Boa tarde a todos aí,
1035 bom dia né, mais uma vez. Eu queria aproveitar essa, esse momento para informar que amanhã vai
1036 ter uma reunião do, a última reunião do ano no CTSB, onde a principal pauta é a revisão da matriz
1037 143 né, trata-se de um trabalho bastante intenso, bastante profundo, tendo que ser dividido em
1038 etapas para que chegasse a análise bastante consistente dessa, dessa matriz, nós fizemos consulta
1039 pública para os três setores né, os múltiplos, água e mineração, e amanhã a gente vai discutir isso
1040 então é uma oportunidade de tirar dúvidas adicionais e verificar esses riscos né, e mitigar ela na
1041 matriz. É, o que eu posso antecipar é que, foi de fato levado em consideração é, isso dentro do GT,
1042 o qual além de ser coordenado pelo grupo de trabalho da câmara técnica, eu também participei das
1043 discussões, foi levado em consideração, foram traçadas alternativas para solucionar o problema,
1044 mas o, como se, a gente sempre disse né dentro do grupo, o cobertor é curto né. Então, se a gente
1045 cobre as pequenas barragens a gente descobre as grandes e geram um risco à sociedade né. Então

1046 é esse foi o principal ponto em que chegamos para esse questionamento em si né, do risco gerencial.
1047 Bom; basicamente o risco gerencial, ele vai enquadrar como risco alto se a barragem não tem
1048 responsável técnico ou ela não faz relatórios. Portanto não tem ninguém para afirmar local ne, do
1049 empreendedor, para firmar as informações que compõem a matriz como um todo, é, e ou ela não
1050 emite um relatório que subsidia essas informações. Então basicamente foi isso que enquadrou a
1051 barragem como nível alto em gerencial. Se ele tiver um responsável técnico ou se ele tiver a
1052 emissão de relatórios conforme a lei, ele não enquadra como risco alto nesse, nesse aspecto. Tá?
1053 Então amanhã podemos detalhar isso melhor e certamente trazer, traga, pautaremos essa, essa, esse
1054 tema também aqui na câmara técnica sem antes passar pela CTAL que é o trâmite legal. Então,
1055 bem aprovando amanhã a gente encaminha para CTAL e depois haverá discussão aqui na plenária
1056 também. Mas acho importante a preocupação e quero deixar claro que isso foi tratado com a maior
1057 importância dentro do grupo também ta.

1058 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok Obrigado Luís. Queria
1059 passar na sequência tem inscritos, o Marcelo e a Maria do Socorro. Por favor Marcelo.

1060 **SR. MARCELO OLIVEIRA (ANA)** – Bom dia a todos. Desculpa, eu entrei mais tarde um pouco
1061 na reunião, Marcelo Oliveira, para quem não conhece, eu sou superintendente de regulação de
1062 serviços de segurança barragens na ANA né. Eu acompanhei aqui a apresentação da Cristiane como
1063 todo. O objetivo só, na verdade é me apresentar para quem aqui não conhece, ressaltar que a criação
1064 da superintendência aqui na ANA em setembro, e a gente tá entrando, tá aguardando aí a aprovação
1065 do regimento interno novo, provavelmente operacionalizar a nossa situação. Foi uma sinalização
1066 da diretoria de que é, o tema de barragens ele, deveria ser tratado de maneira mais prioritária pela,
1067 pela, pela agência ta, então realmente aí agradeço a Fernanda, que tá aí acompanhando e foi
1068 responsável pelo trabalho desse RSB que está sendo apreciado hoje. Agradecer também aí a
1069 apresentação do Rogério Menescal, que, que falou para vocês aí sobre o nosso atual, sobre esse
1070 relatório, e dizer para vocês que, até pedir, Cristiane, se possível, depois compartilhar pra gente
1071 essa apresentação, por que a ela, está muito sensível as recomendações, sugestões de ajustes do
1072 relatório aí feito pela, pelo CNRH ta. Eu acho que essa é uma padronização que foi mencionada aí,
1073 é uma questão realmente fundamental para que a gente tem umas informações que conversam entre
1074 si, entre os diversos fiscalizadores né. E quanto a mensagem que a gente passa para fora.
1075 (Ininteligível) que ela sinalize também situações semelhantes. E quanto a questão da mensagem
1076 também, aí ressaltando também o que o Josimar trouxe né. Nossa preocupação aqui na ANA é
1077 muito grande quanto a questão da nova matriz que, pelas simulações que nós fizemos aqui, ela
1078 acaba realmente não, onde assim, alterando muito a situação da classificação de risco para as
1079 barragens de múltiplos usos né. E acaba sinalizando talvez para fora, pensando que a leitura do
1080 RSB ela não é feita só para, pela o, por especialistas né, também vai para o público leigo, seja da
1081 sociedade civil, seja por autoridades, como TCU, Ministério Público, judiciário, e realmente, a
1082 gente tem tratar a linguagem, a comunicação na RSB de maneira bastante palatável e que ela
1083 represente de fato a realidade. Por isso realmente é um ponto em que Josimar falou, é importante,
1084 que nos preocupa um pouquinho sobre o, quando a gente fala em risco né, para fora né do ensino

1085 público especializado, o que está sinalizando para a sociedade, para os órgãos de controle de
1086 fiscalização externos né. Mas enfim, eu só queria realmente dar essa palavra, agradecer a todos aí
1087 e nos colocar disposição aqui na ANA ta, na superintendência para contar as conversas e a gente
1088 desenvolver um trabalho profícuo ai nos próximos anos. Obrigado a todos aí, um bom trabalho.

1089 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem Marcelo.
1090 Obrigado, bem-vindo aí o CNRH. Com certeza você vai estar muito presente e bom trabalho aí
1091 para vocês na superintendência. É, Maria do Socorro pediu a palavra, por favor Socorro, bom dia.

1092 **SRA. MARIA DO SOCORRO BRANCO (CNI)** - Bom dia a todos. Eu tô um pouco rouca e
1093 queria fazer uma pequena sugestão Cristiane; parabenizar vocês que fazem a câmara técnica de
1094 segurança de barragem pelo belo trabalho que estão fazendo, e ao longo do ano a gente pode ver
1095 isso. É, a evolução desse relatório é uma prova disso. E queria sugerir Cris, que em lugar de órgãos
1096 fiscalizadores, você pode deixar em aberto, porque até a própria ANA já admitiu que faz a
1097 capacitação; então a gente não precisa endereçar. E a questão da educação permanente, é uma
1098 política de educação permanente até em, no âmbito ambiental, é uma política nacional. Então é só
1099 tirar a fiscalização, deixa tudo certo, tudo redondo, porque eu acredito que não é capacitação só
1100 para um setor, a gente tem vários setores nesse, usuários, neste conselho que muitas vezes não
1101 dispõe de todos os meios para fazer a capacitação de sua base. Então faz-se necessário sim, que o
1102 estado promova essa capacitação. Só tira os fiscalizadores e continuamos a capacitar.

1103 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Posso escrever que as instituições atentem para...

1104 **SRA. MARIA DO SOCORRO** - Isso, isso. Isso mesmo. Obrigada a todos.

1105 **SR. LUIS GUSTAVO** - É, só complementando ai Maria do Socorro,

1106 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Eu to anotando a
1107 contribuição Socorro. Sim Luis. Por Favor.

1108 **SR. LUIS GUSTAVO WESTIN (COORDENADOR DA CTSB)** - É, eu acho que, que um dos
1109 fundamentos da política, eu gosto de citar isso sempre, é a, promover para aí, a cultura de segurança
1110 de barragens né. Então acho que pode citar esse, tava até buscando aqui, mas não tive tempo, buscar
1111 esse inciso Cristiane e colocar aí, a, ao conclamar todos os agentes que participam da política né
1112 de alguma forma, a fazer essa capacitação.

1113 **SRA. MARIA DO SOCORRO BRANCO (CNI)** - (Ininteligível) muito bom. Não; é isso mesmo.

1114 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigado. Muito bem.
1115 O último inscrito é o João Clímaco. Por favor Clímaco.

1116 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1117 **GOVERNAMENTAIS)** - Eu tô dando o meu bom dia a todos, cumprimentando aí muita gente
1118 importante no campo da questão da segurança da barragem, de barragens. Nós participamos de

1119 vários momentos desse conselho, inclusive é aquele que zerou a legislação, dos (Ininteligível) de,
1120 dois mil e... não sei. Eu acho que foi a época de 2010 ou 2011. E a gente vê com muita só, alegria
1121 a construção de uma inteligência pública voltada para essa questão. E eu queria dar a minha,
1122 solicitar uma informação; que é sobre esse último item que foi colocado que foi muito ressaltado
1123 por uma parceira que participou de algumas reuniões a questão da educação para resiliência de,
1124 para resiliência, educação que tá no campo da educação ambiental, mas que no caso específico é
1125 educação para a resiliência da população. Quer dizer, dentro da política ter isso muito mais
1126 objetivo, muito claro. Porque capacitação parece que todo mundo tá precisando; inclusive órgão
1127 gestor, fiscalização e tal. Mas no nosso caso foi levantado, não sei se é Cristiane lembra, pela Cris,
1128 essa preocupação. Não sei como é que vocês conseguiram traduzir esse nosso desejo. Por fim eu
1129 queria aqui aproveitar para dar um informe, manifestando os nossos agradecimentos ao nosso
1130 companheiro na câmara técnica de segurança de barragens, o Júlio Grillo, que sucedeu o Professor
1131 Vicente da Universidade Federal de Uberlândia, e o Júlio Grillo a, mais recentemente, porque é
1132 muito difícil encontrar pessoas de boa vontade, voluntários no campo da sociedade civil que, que
1133 tenha disposição de ajudar a construir uma, uma legislação infra legal assim, no campo da
1134 operacionalidade da política e esses dois companheiros foram de muita, pelo que eu acompanhei,
1135 de muita importância. Eu queria fazer com homenagem a eles, não só nessa resolução, mas de todas
1136 as outras que sucederam, e agradecer a vocês a acolhida e o respeito profissional que tiveram com
1137 esses profissionais que são de nossa estima e que tiveram, fizeram um esforço voluntário né, só
1138 para atender as demandas da sociedade civil. Eu agradeço a atenção que vocês deram a ele. Eu
1139 espero que ele não tenha nenhuma disfunção do que foi decidido com o que a gente, com os
1140 relatórios que nós da representação recebemos. Obrigado.

1141 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR) - Clímaco,**

1142 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Obrigado Clímaco. Por
1143 favor Cristiane.

1144 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR) -** É, só respondendo ele, a gente incorporou assim; a
1145 ANA já tem tá fazendo esses cadernos que são de mais fácil comunicação com a sociedade. É, que
1146 estão disponíveis no SNISB né, que a gente tem aí disseminado aqui via conselho, mas nas moções
1147 a gente também tá pedindo aí apoio aos comitês de bacia para ajudar a divulgar a cultura de
1148 segurança de barragem em gestão de risco né. Que consegue chegar mais próximo do que a gente
1149 aqui com os usuários, com a população. Mas que daqui a pouco a gente vai passar as moções.

1150 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1151 **GOVERNAMENTAIS) -** Obrigado Cristiane. E parabéns pelo seu trabalho, e já há anos que você
1152 tá na, na linha assim de enfrentamento esse problema no âmbito do governo isso com, e os colegas
1153 da ANA, meus cumprimentos.

1154 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR) –** Muito bem. Então acho
1155 que acho que não tem mais nenhuma contribuição né, não tem mais nenhum inscrito. Eu queria
1156 agradecer o trabalho da câmara técnica de segurança de barragem mais uma vez, o relatório vai ser,

1157 já foi encaminhado né, acho que com esses ajustes solicitados né Cristiane é, a gente pode
1158 retransmitir a todos. E aí tem uma série de encaminhamentos colocados como recomendação que
1159 nós aqui da secretaria executiva vamos dar prosseguimento nas tratativas a fim de registro e os
1160 encaminhamentos finais né das recomendações. Ok? É, Roseli tem algum ponto sobre essa
1161 questão? Acho que basicamente é isso né Nós vamos encaminhar então relatório com essas
1162 alterações mais recentes para todos os conselheiros.

1163 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Sim. É
1164 que a gente vai encaminhar ao Congresso Nacional né, o parecer, o relatório já foi encaminhado
1165 né. Encaminhar o parecer da CTSB com essas recomendações, e para os demais instituições lá, que
1166 estão indicadas naquela resolução. Ta? Que trata do RSB.

1167 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem. Então agradeço
1168 mais uma vez aí para todos que contribuíram tanto da equipe da Agência Nacional de águas na
1169 elaboração do relatório, quanto da equipe da câmara técnica de segurança de barragem. E queria
1170 avançar então aqui na nossa pauta é, para o próximo item que seria então a apreciação né,
1171 deliberação sobre os procedimentos para acompanhamento do plano do Paraguai.

1172 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Desculpa. As moções ficam pra depois Wilson?

1173 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É. Nós acabamos
1174 invertendo e essas moções vão ficar por último. Se você tiver algum compromisso Cristiane,
1175 imagino que tenha, é, a gente aqui faz apresentação se você precisar. Então tá certo. Então vamos
1176 dar sequência conforme nós invertemos esse ítem de pauta, é, com relação ao acompanhamento do
1177 Paraguai, quando, como todos se lembram, o plano do Paraguai ele foi, ele foi aprovado no CNRH
1178 em 2018 né. E a gente tem uma competência trazida na época da resolução de aprovação é, que foi
1179 criado um grupo né, um grupo especial para acompanhamento da implementação. Com a edição
1180 do decreto 10000 e algumas vedações para criações de grupos para além dos previstos no decreto
1181 né, as próprias câmaras técnicas e os grupos de trabalho com no máximo 10 representantes, a equipe
1182 da câmara técnica de assunto, é, de planejamento, CTPA, fez ao longo dos últimos um ano e meio,
1183 algumas discussões sobre as tratativas a governança para que o CNRH possa acompanhar
1184 implementação desse plano. Então, as sugestões colocadas pela CTPA, a gente tá então para
1185 conhecimento do plenário e de liberação sobre o encaminhamento de como CNRH vai acompanhar
1186 esse plano. Nessa, nesse item de pauta eu gostaria de convidar Roseli para fazer uma apresentação
1187 contextualizando esses pontos que eu já coloquei, na sequência a gente terá uma apresentação da
1188 equipe da Agência Nacional de águas e os encaminhamentos que a gente gostaria de colocar para
1189 apreciação e discussão aqui no plenário. Por favor Roseli.

1190 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Bom,
1191 então como você já informou né Wilson, o plano de recursos da região hidrográfica do Paraguai
1192 ele foi autorizado então pelo conselho né, por meio aí da resolução duzentos e, 152 em 2013, em
1193 2018 ele foi aprovado né, o plano foi aprovado lá com 15 programas e mais de 70 ações, e logo no

1194 ano seguinte, 2019, foi esse decreto né, de, que, e aí extinguiu alguns conselhos, alguns colegiados
1195 né. E aí impediu que a gente desse continuidade aí esse acompanhamento por meio desse grupo de
1196 trabalho, grupo de acompanhamento do GAP, chamado GAP né, na época. Que era um grupo bem
1197 grande, tinha quase 25 instituições aí, muitas instituições inclusive lá da bacia né. E aí para a gente
1198 fazer esse acompanhamento devido, foi instituído dentro da própria câmara técnica de
1199 planejamento e articulação do CNRH um grupo de trabalho menor né, com 10 membros da própria
1200 câmara técnica. E esse grupo de trabalho se desenvolveu aí, fez alguns acompanhamentos. Na
1201 época ai, tinham algumas notas técnicas que a ANA estava desenvolvendo né, para em função aí
1202 de alguns estudos. É, a gente, foi entendida a época então, a necessidade aí de ter um detalhamento
1203 melhor. E aí foi realizado uma oficina de trabalho né, no dia 18 de, ta dezembro aqui mas eu acho
1204 que foi em outubro ta, foi em outubro essa oficina. E essa oficina aí definiu então como que seria
1205 a forma de acompanhamento do PRH Paraguai. Foi entendimento então que a ANA e os órgãos
1206 gestores aí no caso, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, fizessem esse, essa implementação aí,
1207 porque, o próprio plano né, ele define lá quais são as, cada, as obrigações de cada um desses entes
1208 né, na implementação do plano. E aí, então ficou acordado aí, que a ANA faria gestão junto aos
1209 órgãos gestores para tentar fazer um acordo aí, uma portaria ou algum instrumento aí, de, para fazer
1210 essa para formalizar esse grupo de monitoramento no âmbito dessas três instituições. E que esse
1211 grupo aí, de monitoramento, chamado grupo de monitoramento, faria então informes periódicos a
1212 CTPA. Então a CTPA optou por não dar continuidade a um grupo de trabalho. Ela entendeu que
1213 não seria razoável em função de enes problemas que identificou né, que não teve um
1214 acompanhamento devido. Achou que a própria CTPA deveria ficar imbuída dessa atribuição de
1215 fazer o acompanhamento periódico. E aí então definiu-se por isso, e que também a coordenação da
1216 CTPA sempre que fosse discutir o tema né, sobre o PRH Paraguai, que fizessem um convite as
1217 instituições que atuam lá na bacia. Né? É, a câmara técnica de planejamento e articulação, isso aí
1218 foi definido na oficina. Ai na, na câmara técnica, na 14ª reunião da câmara técnica, é, foi feito um
1219 relato dessa oficina e acordou-se então por esse encaminhamento né, de ter o acompanhamento
1220 mais direto pela própria CTPA, e naquela ocasião então a ANA já iniciou o processo de fazer uns
1221 informes acerca da implementação e trazendo aí algumas atualizações do quê que tinha sido feito
1222 né, para implementar o plano do Paraguai. na 19ª reunião aí da, que foi agora recente né, em 23 de
1223 novembro, a coordenação então Informou sobre a definição né, sobre essa definição que o conselho
1224 deve fazer hoje, da melhor forma de acompanhamento do PRH Paraguai, e naquela ocasião também
1225 ficou ratificado aí a posição da CTPA em monitorar né, a implementação e também a ANA
1226 apresentou uma atualização das ações que estão em curso né, para a implementação do Paraguai,
1227 do PRH Paraguai. É importante destacar que esse programa de acompanhamento, o próprio plano
1228 da região hidrográfica do Paraguai, ele tem um programa específico né. Chamado de programa
1229 para acompanhamento da implementação do PRH Paraguai. E lá já define algumas etapas de
1230 atividades né. E nada mais é aí que a gente, que foi trazido para a oficina é que a própria ANA,
1231 Mato Grosso, Mato Grosso do Sul no âmbito das suas competências óbvio né, vão fazer aí, vão
1232 elaborar um relatório anual e sobre a implementação do Paraguai, isso vai ser encaminhado né, ao
1233 conselho, o conselho aí no ano da CTPA vai fazer essa análise e vai fazer uma oficina de trabalho

1234 junto aos autores para apresentação do relatório, e a partir daí também esse relatório vai ser, se
1235 houver necessidade de alguma aperfeiçoamento, vai ser informado a própria, o conselho né, e o
1236 conselho vai deliberar então o melhor encaminhamento em relação a essa, esse monitoramento; a
1237 essa... O encadeamento aí das atividades, das ações dentro do PRH Paraguai. Então essa foi a
1238 proposta né, que foi apresentado na oficina que também a gente traz aqui para conselho. Na verdade
1239 é uma proposta que já de certa forma já estava prevista dentro do plano de ações do Paraguai né, e,
1240 e é mais uma questão agora de a gente definir junto ao conselho então, depois que a ANA fizer a
1241 apresentação para esclarecer melhor o quê que ela vem fazendo né, dentro do, do, lá do, dos estudos
1242 que vem sendo desenvolvidos para implementar o plano e também informar que o pessoal do Mato
1243 Grosso e Mato Grosso do Sul, creio que estão presentes, vão poder aí, explicar um pouco melhor
1244 a participação deles né, nessa, nesse processo, e, é isso. Assim; por parte da CTPA foi essa a
1245 colocação né, que temos a fazer. A Suzana que é a presidente, a coordenadora da CTPA
1246 infelizmente não pode estar presente, ela tá numa outra reunião e pediu para eu trazer aí um relato
1247 muito breve sobre o quê que vem sendo feito dentro da CTPA. Sim, é só uma ressalva né, o
1248 FONASC né, o Conselheiro do FONASC, João Clímaco encaminhou uma proposta de resolução
1249 que tá sendo discutido ainda dentro da CTPA para regulamentar esse acompanhamento aí, do PRH
1250 Paraguai né. Então também tem esse, tem essa novidade aí que a gente precisa trazer e que talvez
1251 saia aí uma resolução específica para ficar definido melhor por meio de uma resolução essa forma
1252 de participação. Então é isso Wilson. De forma muito resumida viu.

1253 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Tá ótimo Roseli. Ficou
1254 bem claro né, todo o histórico dessa, desse assunto. E aí eu queria também aproveitando essa pauta,
1255 para trazer como informe a agência, da Agência Nacional de água, sobre as ações mais recentes na
1256 implementação do plano que estão em andamento. Tá prevista a apresentação do Marcelo Mazola,
1257 mas queria cumprimentar também aqui a superintendente Flávia Carneiro que tá à frente desse
1258 assunto. Bom dia para vocês.

1259 **SR. MARCELO MAZOLA (ANA)** – Bom dia Wilson.

1260 **SRA. FLÁVIA CARNEIRO (ANA)** - Bom dia Wilson, obrigada. É, eu peço desculpas. Eu, o
1261 Marcelo vai fazer apresentação, porque eu tô num evento aqui da ANA e a rede está bem ruim.
1262 Então eu tô acompanhando pelo celular, mas eu tô aqui escutando. Obrigada.

1263 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Obrigado Flávia, Então, tá
1264 contigo Marcelo. Por favor, a apresentação.

1265 **SR. MARCELO MAZOLA (ANA)** – É, compartilhei a tela aqui todo mundo tá vendo? Imagino
1266 que sim né. Então a idéia nossa aqui é ser bem rápido né. Para a gente poder depois conversar um
1267 pouquinho. Tô vendo aqui que a Aparecido, o Clímaco, já levantaram a mão aqui, então imagino
1268 que vão tem várias questões. Então a nossa idéia aqui é deixar a, trazer informações bem pontuais
1269 né. A gente já fez essa, essa fala aqui na última reunião da CTPA do dia 23 né, se eu não me engano
1270 né, então é a mesma apresentação; para quem tava lá, a gente tá trazendo de novo essas informações

1271 aqui para plenário. Primeiro, sobre os projetos de cooperação internacional é que a gente tá tocando
1272 lá na bacia né. Lembrando, a gente já trouxe aqui em outros momentos né, que uma das estratégias
1273 para implementação do plano da Bacia do Paraguai foi a busca de recursos externos né, a captação
1274 de recursos externos. Então a gente buscou aqui parceiros né, é, para viabilizar esses recursos para
1275 implementar o plano. Então aqui eu vou falar de três ações que por hora a gente tem que estão em
1276 curso né, algumas um pouco mais avançado, umas e ainda estágio de finalização dos termos de
1277 referência para justamente dar cabo da implementação do plano né. Então uma primeira aqui, que
1278 é a primeira né, que a gente, vimos assim, conseguiu recurso e começou, conseguiu contratar, que
1279 é uma cooperação bilateral que a gente tem entre ANA e BID. Contrato, na verdade o contrato com
1280 o BID, ele é anterior né, abril de 2022, ensejou um termo de referência com base no plano, que
1281 ensejou, selecionou uma empresa, que é a TPF/Profil, aqui em abril de 2022, foi feito o contrato
1282 para implementar aquele conjunto de ações que a gente selecionou lá do plano. No slide seguinte
1283 depois eu vou falar mais um pouquinho do cronograma deles. Então foco aqui é apoiar a
1284 implementação de, pouco, da questão do arranjo institucional, uma ação que tá lá no plano prevista
1285 né. É óbvio que a empresa não vai propor a, o arranjo, ela vai dar subsídios né, fazer alternativas
1286 para a gente discutir o arranjo né. Então isso tá em curso, depois eu vou falar um pouco a data
1287 disso. Questão de revitalização e proteção de APPs, instrumentos financeiros e um estudo de
1288 enquadramento, também vou falar um pouquinho mais disso depois. Então essa primeira ação,
1289 diríamos assim, em termos de ações que a gente tá iniciando lá, ou que iniciou né, em ordem de
1290 início. É, a gente também tem o GEF Alto Paraguai aqui, é um projeto que a gente apresentou no
1291 GEF aqui em parceria com BID e com a ONU Meio Ambiente né, os dois são agências
1292 implementadoras, só eles que podem fazer a apresentação desse projeto lá no board do GEF, esse
1293 projeto foi apresentado e aprovado e agora a gente tá na fase de contratação da agência é, executora
1294 né. A agência executora já foi escolhida, também foi um processo seletivo envolvendo aí, não só o
1295 Brasil, mas os três países envolvidos. Foi escolhido WWF, e ele será um executor das ações na
1296 previstas no projeto. Agora eles estão na fase de contratação de corpo técnico para montar todo o
1297 arranjo institucional, de coordenação do projeto. Esse projeto ainda iniciou, assim é, há uma
1298 previsão de ter a reunião de partida desse, desse projeto né. Isso não tá muito na nossa governança,
1299 tá na governança dessas agências aqui para início de 2023. Aí obviamente, quando tiver definido
1300 isso a gente traria ou envolveria aí, as instituições relevantes aí para, para esses, para essas ações
1301 aqui. E por fim aqui, um último projeto também né, de cooperação, foi um trinacional, que esse
1302 tem um foco, até mais para os outros países. A idéia aqui é fazer um balanço hídrico trinacional né.
1303 Lembrando que da parte do Brasil, a gente tem muito informação; mas da parte da bacia de Bolívia
1304 e Paraguai, ainda não existe muita informação, ou a informação não tá sistematizada. Então esse
1305 foco aqui desse projeto é justamente montar esse, esse balanço hídrico de forma global da bacia
1306 né. Esse tá bem recente. Inclusive tem uma reunião prevista para semana que vem com esse
1307 Instituto Deltares é, para iniciar os trabalhos aí envolvendo, aí é muito técnico, muito específico,
1308 balanço hídrico é, aí é a área por exemplo, da ANA que cuida mais da parte de, desses, desses
1309 dados, dessas informações para subsidiar o estudo em si. Então esse são em grandes números assim,
1310 são os três focos principais, as três fontes de recursos principais para implementação do projeto,

1311 do GEF né, do, desculpa, do plano. Aqui eu vou dar um pouquinho mais detalhes, porque eu acho
1312 que é importante né, que é o que a gente tá chamando lá de bilateral, que é aquele contrato com a
1313 TPF/Profil né. Esse contrato tá em curso, então por isso que eu tô trazendo aqui né, tem informação
1314 mais detalhada. Então o primeiro componente né, a previsão de entregar, isso eu acho que essa
1315 previsão até agora se estender um pouquinho mais, mas é abril do, do ano que vem. Então no início
1316 do ano que vem a gente começaria essa discussão aqui sobre a questão do arranjo institucional. A
1317 empresa ainda não apresentou, ela apresentou um produto bem preliminar ainda, primeiro
1318 diagnóstico e tal, então não tem ainda nem o estudo propositivo ta, para a gente começar algum
1319 tipo de discussão, workshop e tal. Então isso provavelmente vai acontecer no início do ano que
1320 vem e eu imagino né tendo em vista toda discussão que já houve aqui né, que esse é um tema muito
1321 importante para bacia né. A definição, não diria a definição, mas, a identificação de alternativas
1322 para esse arranjo institucional. É, a questão dos projetos de revitalização também, identificação de
1323 áreas, todo um estudo aqui que está sendo feito, esse mais para o final do ano que vem né, outubro,
1324 é, a parte de instrumentos pensando no processo de revitalização também, estão muito casados aqui
1325 para outubro, a questão de enquadramento, esse até teve uma oficina semana passada, se eu não
1326 me engano, acho que foi na sexta-feira né, algumas pessoas daqui participaram né, a gente
1327 mobilizou principalmente os representantes dos conselhos estaduais né, tanto de Mato Grosso e
1328 Mato Grosso do Sul para participar dessa oficina. E estendeu também o convite um pouco de última
1329 hora, mas é, algumas acho, que pessoas participaram, para CTPA caso alguém quisesse participar.
1330 Lembrando que o foco era mais, os conselhos estaduais né, no alinhamento que a gente fez com os
1331 órgãos gestores né. Então essa piscina foi final de semana pa, sexta passada, onde a gente definiu
1332 a bacia piloto, a bacia diria piloto, mas a bacia onde vai ser feito, onde serão feitos os estudos para
1333 enquadramento né. Lembrando aqui, que a gente não vai chegar no propósito de enquadramento,
1334 são estudos. Mas para fazer esses estudos a gente cita definir uma bacia né. Então isso foi, foi na
1335 semana passada. E um relatório final tal, então acho que esse é o estudo que a gente assim, tem
1336 informações. Lembrando que a gente disse isso na CTPA e tá afirmando aqui, que a gente vai
1337 envolver as áreas né, assim à medida que a gente tem, ele falou, tendo elementos ou tendo
1338 materialização para a gente conseguir objetivamente trazer aqui o pessoal né, as instituições
1339 envolvidas para discutir. É sobre o GT né, que foi, foi mencionado pelo Wilson e pela Roseli né,
1340 só, eu trouxe aqui de Nov,o mas já foi dito né, que foi o encaminhamento daquela, daquela oficina
1341 né, e depois retificado CTPA, a estratégia de obviamente não substitui o GAP, não é essa, mas é
1342 criar um GT para fazer um acompanhamento, fazer um monitoramento do plano e esse GT dá o
1343 reporte para, especialmente para CTPA. E esse de GT seria composto com os órgãos executores de
1344 recursos, os principais órgãos executores né, que são os órgãos gestor de Recursos Hídricos de
1345 Federal né, ANA, e dos Dois Estados, Mato Grosso Mato Grosso do Sul. Então isso foi alinhado
1346 já, tem inclusive uma reunião prevista, eu vi que o Noqueli ta aqui, é, para essa semana. É, a portaria
1347 ainda não foi assinada, a alternativa escolhida foi uma portaria conjunta né, então já tem uma
1348 portaria, tem um processo, passou na diretoria, tá tudo resolvido, é uma questão agora mais
1349 burocrática de assinatura, é, que a gente até vai tentar identificar essa semana, para efetivamente
1350 ter esse GT criado né. Esse GT tem três representantes do, dos, da ANA né, três do Mato Grosso e

1351 três do Mato Grosso do Sul né. Então essa estratégia que foi adotada ali que a gente tá tocando. É,
1352 esse último slide aqui né, bem breve né, só para reforçar aquilo que eu já disse, acho que é
1353 importante aqui, que a gente ta, sim pensando na mobilização e na, na participação dos órgãos
1354 envolvidos. Então assim, eu só queria ressaltar que para cada atividade né, seja GEF, GEF bilateral
1355 ou outra né, que não esteja né, financiada por esses organismos internacionais, mas que a gente vai
1356 tocar com recursos próprios ou que o estado vai tocar, obviamente que a gente vai buscar essa
1357 mobilização e contribuições das instituições envolvidas até para ter validade, ter sentido de ser feita
1358 como, como sistema de recursos hídricos propõe né. Como a política né. Então acho que eu só
1359 queria ressaltar isso. E aí a gente, assim a medida que a gente finaliza esse processo no GT, a gente
1360 daria esses reportes para CTPA de forma periódica né. Essa periodicidade a gente ainda precisa
1361 definir no GT né, montar um plano de trabalho, mas imagino que seja uma periodicidade anual e
1362 aí a gente faria esses, reportes por meio de relatório. Lembrando que o próprio MOP né, ainda, ele
1363 existe né. Tá disponível lá na, quem quiser acompanhar também la no site da ANA, tem lá cada
1364 ação que foi pensada e o andamento também das ações. Então aquilo também é uma forma de, de
1365 monitoramento e tal, de dar, é, um retorno para as instituições, tanto de CNRH, tanto para CTPA
1366 quanto para as instituições envolvidas. Então de forma muito, muito resumida, era isso. Flávia se
1367 tiver alguma complementação aí, por favor, e a gente fica à disposição para tirar dúvidas.

1368 **SRA. FLÁVIA CARNEIRO (ANA)** – Só fazendo um esclarecimento Mazola, que na hora que
1369 você falou do GEF, é quem fez, assim, teve o envolvimento dos países, mas a seleção ela é tocada
1370 e pelo, foi pelo BID e pela UNEP. Nós só tivemos conhecimento do resultado da seleção da agência
1371 executora. Foi trabalhado algum, foram trabalhados alguns requisitos né, para essa executora, e,
1372 mais assim, de forma bem geral para que eles fizessem esse processo seletivo, mas nós não tivemos
1373 envolvimento. Depois, nós só fomos informados.

1374 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então é isso. Então
1375 gostaria de colocar abrir aqui para debate. Como o todo deve ter percebido, o fato é que a
1376 implementação do plano tem sido coordenada pela Agência Nacional de águas que está em vias de
1377 formar um grupo de acompanhamento no âmbito da ANA e junto aos outros dois estados, e no
1378 âmbito do CNRH, o qual tem competência na, também no acompanhamento da implementação, a
1379 proposta da câmara técnica de planejamento, a CTPA é que esse acompanhamento seja feito
1380 diretamente pela CTPA com encaminhamento de relatórios anuais em que a ANA e esse grupo
1381 instituído por portaria vai encaminhar para consideração do CTPA e trazer então para
1382 conhecimento do plenário anualmente os avanços na implementação desse plano. Então Aparecida,
1383 você é a primeira inscrita, por favor, tá com a palavra.

1384 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1385 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Obrigado Wilson Bom, dia a todos,
1386 quase boa tarde já, vou tentar também ser bem breve porque a gente sabe que ainda tem alguns
1387 assuntos em pauta. É, primeiro eu queria destacar que o que nós temos no âmbito do CNRH, apesar
1388 de não está valendo, mas nós não revogamos e não criamos um substituto por resolução como

1389 conselho, era o GAP ta. O que a gente tinha era o GAP e nós não tomamos uma decisão dessa em
1390 plenária de como que isso deveria ser encaminhar, foi o que motivou o meu pedido de inclusão de
1391 pauta desse tema em reunião na plenária anterior. Já que a gente não podia discutir esse assunto
1392 uma vez que não estava pautado. Falando um pouquinho para quem chegou depois do CNRH, nós
1393 tivemos esse GAP instituído e ele funcionou muito bem com a coordenação da ANA, a ANA como
1394 uma secretaria executiva, vamos dizer, do GAP, e todas as discussões foram feitas de forma
1395 participativa, descentralizada. Nós discutimos desde a aprovação do termo de referência do plano
1396 até a última versão do último produto para ser encaminhado para CNRH. Foi tudo discutido com
1397 esse grupo com 30 membros formado no âmbito do Conselho Nacional, focado, com certeza, com
1398 representantes também da, tanto na bacia na parte de Mato Grosso, quanto Mato Grosso do Sul.
1399 Com o decreto como Wilson citou, nós tivemos a questão da redução do número de membros, foi
1400 criado um GT no âmbito do CTPA de 10 membros sem participação de representa local, apenas
1401 com representantes do CNRH de nível mais nacional do que local e regional, ta, foi uma das críticas
1402 que a gente fez, que a gente fez, e a minha sugestão ao pedir que isso fosse pautado é que a gente
1403 criasse dois, grupos de trabalho em duas câmaras técnicas e que eles pudessem se reunir
1404 conjuntamente ta, para que assim a gente pudesse ter 20 membros. Era uma forma da gente ficar
1405 um pouco próximo do que era o GAP que vinha dando resultado. Me estranha e me incomoda, a
1406 ANA criar uma portaria definindo um grupo de acompanhamento, onde a gente sabe que, a quem
1407 cabe essa decisão é ao CNRH. Não é a ANA que... A ANA pode criar para acompanhamento, para
1408 o que for, mas não, ele não atende a nós do CNRH. A ANA, cabe executar. E a nós cabe, a nossa
1409 parte é propor e, e elaborar a política. Então me estranha a gente sair de uma resolução do Conselho
1410 Nacional como uma portaria da ANA. O outro estranhamento eu acho que a gente não pode deixar
1411 de destacar, é, eu esperei o Mazola apresentar e tá muito claro, e eu sei por que foi o resultado da
1412 oficina, e a gente sabe como que isso funciona em termos de participação, é que a gente vira
1413 meros... Acompanhar, acompanhamos, mas através de informes ta. Isso significa que a gente vai
1414 apenas cancelar o que tá decidido por três órgãos gestores. Eu pergunto; cadê a gestão
1415 participativa e descentralizada, cadê a participação dos outros entes do sistema, não é apenas a
1416 gente ficar sabendo o que ficou decidido no âmbito de três órgãos gestores. O que a gente tem é
1417 que garantir essa participação descentralizada e participativa, garantir a participação de todos os
1418 segmentos na discussão e não apenas em receber informe. O Mazola citou o, a oficina que teve
1419 sobre enquadramento com a participação dos conceitos estaduais, e que ao ser comentado na CTPA
1420 quem solicitou que fosse convidado a CTPA fui eu ta, mas mesmo assim, eu já iria participar
1421 enquanto membro do conselho de, estadual de recursos hídricos do Mato Grosso do Sul. Mas nós
1422 não recebemos material nenhum antecipado. Tomar sabe, participar de uma pesquisa que você tem
1423 que responder na hora, muito (Ininteligível) significativo sem você ter um mínimo num material
1424 que você possa analisar e que você possa discutir com os seus pares, isso não aconteceu. Aqui a
1425 gente representa um setor, a gente não se auto-representa. Tomar decisões sem antes poder, sabe,
1426 ter a oportunidade de discutir, não é uma boa política. Tá? Então essa já é uma crítica que eu fiz
1427 sobre a forma como foi feito, não estou questionando a metodologia, e sim se a gente tivesse
1428 antecipadamente recebido material de apoio para a gente analisar e saber como se manifestar. Ta?

1429 Até porque são profissionais de alta capacidade que a gente viu, que são os profissionais que estão
1430 contratados. E realmente a gente, a gente espera muito sabe, dentro daquele, desse acordo com a
1431 Perfil, essa questão do arranjo institucional; porque a gente sabe que com arranjo institucional
1432 proposto e se a gente conseguia provar isso no conselho nacional, muito desses conflitos vão ser
1433 resolvidos. Então eu sei que a gente tá entre um intervalo de tempo. Mas esse arranjo ainda não,
1434 não está proposto, ainda não foi aceito, enquanto isso a gente tem que fazer com que nós temos. E
1435 aí com o que nós temos, me preocupa muito uma gestão centralizadora com apenas os órgãos
1436 gestores participando e não tendo a participação dos demais entes do sistema como a gente tinha
1437 na época do GAP. Então eu mantenho a minha sugestão de criarmos dois grupos de trabalho em
1438 duas câmaras técnicas distintas e esses grupos de trabalho se reúnam conjuntamente para
1439 acompanhar, discutir nos moldes de como a gente tinha o GAP antes. Não aqui para gente estar
1440 como conselho nacional chancelando decisões que são tomadas, sabe no âmbito de órgão gestores
1441 de recursos hídricos. Obrigada gente.

1442 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Clímaco inscrito e
1443 depois a Flávia.

1444 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Só uma questão de ordem Wilson. Na proposta da Aparecida, só um
1445 minutinho Clímaco, são dois grupos de trabalho formado por pessoas de duas câmaras técnicas que
1446 são a CTPA e?

1447 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1448 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Eu tinha sugerido a CTAL. Mas poderia
1449 ser a de rios transfronteiriços também porque tem a ver com a vacina do Paraguai.

1450 **(NÃO IDENTIFICADA)** - Certo. Obrigada filha.

1451 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Vamos avaliar essa
1452 proposta trazida agora. É, mas queria só fechar aqui o debate. É, Clímaco por favor.

1453 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1454 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Na verdade eu não trouxe agora não.
1455 Eu apresentei na última plenária, mas não podia apresentar porque não estava pautado. Mas eu
1456 cheguei a sugerir.

1457 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Por Favor Clímaco.

1458 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1459 **GOVERNAMENTAIS)** - Eu segui os tramites, eu segui os tramites processuais para que o plano
1460 que foi aprovado pelo conselho tivesse consequência regulatória e gerencial no âmbito dos atores
1461 envolvidos, tendo como princípio os fundamentos da gestão da água. Eu tenho motivos para
1462 concordar com Aparecida no seu ponto de vista processual, ao mesmo tempo tem o motivo para
1463 não concordar porque; a coisa tomou o rumo de que tem gerado do âmbito da sociedade civil, uma

1464 insegurança dado a, devido a, incapacidade de todos os agentes envolvidos darem respostas
1465 imediatas as externalidades políticas que tem surgido exatamente contrariando as decisões do
1466 plano. O exemplo disso é um esforço hercúleo que estamos fazendo no estado do Mato Grosso para
1467 que as definições é, que foram tiradas, já conclusas, de estudos para que algumas áreas tivessem
1468 características especial de, de uso, dos usos múltiplos né, para, para a definição de usos múltiplos
1469 fosse obedecida. Quer dizer, o próprio governo do estado do Mato Grosso, ele tem ele tem
1470 sinalizado uma certa demora em ser ator preponderante para garantir a própria, a própria definição
1471 de, de regras e parâmetros para definição de outorga e tudo mais. Haja vista que o próprio
1472 governador do estado agora reeleito, é um entusiasta da exploração não cautelosa de rio através de
1473 energia elétrica quando na verdade estudos define áreas que são pertinentes e não. Então há um
1474 clima sim de insegurança quanto a capacidade dos órgãos gestores de serem, tanto órgãos gestor,
1475 como a ANA, e eu atribuo isso um pouco a essa fase de momento da política de mudança política
1476 do país...

1477 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigado Clímaco. É,
1478 vamos seguir então.

1479 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Você
1480 ficou mudo viu Wilson.

1481 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Opa. Ok. Obrigado Flávia,
1482 então você por favor.

1483 **SRA. FLÁVIA CARNEIRO (ANA)** – Não, só bem breve, um esclarecimento, a ANA trabalhou
1484 a questão da portaria conjunta, que é uma portaria conjunta com os estados, com os órgãos gestor
1485 estaduais, porque nós entendemos que era necessário formalizar de algum modo, haja visto que
1486 não existe nenhum arranjo institucional na bacia, e até por sugestão da própria CTPA,
1487 especialmente por que as ações já estão em andamento. O contrato começou a ser executado e nós
1488 precisávamos de apoio dos órgãos gestores na mobilização dos atores da bacia. É, mas sem dúvida
1489 nenhuma, a decisão do CNRH é soberana e assim, quanto antes tiver uma estrutura de arranjo
1490 institucional da bacia, facilita muito essa questão da mobilização. Era só esse esclarecimento.

1491 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Obrigado Flávia. Então
1492 eu gostaria só de recapitular aqui, o encaminhamento feito pela CTPA, é para que a própria CTPA
1493 com seus 17 membros né, é, faça o acompanhamento da implementação do plano. Então esse foi,
1494 a discussão ocorrida dentro da câmara técnica como encaminhamento das oficinas, apresentada
1495 aqui pela Roseli. A Aparecida trouxe uma proposta diferente para que se crie dois grupos de
1496 trabalho em câmaras técnicas distintas para que se tenha uma composição de até 20 membros né.
1497 Isso foi uma estratégia que nós adotamos inclusive, nos trabalhos que estão em andamento para a
1498 definição das diretrizes da, de escassez hídrica né, de como instituir escassez hídrica. É, que são
1499 dois grupos de trabalho, CTAL e CTOC que estão trabalhando em conjunto. Eu pessoalmente
1500 avalio essa alternativa como uma alternativa interessante para aumentar a participação. Que se teria

1501 20 membros. Mas por outro lado ele traz uma dificuldade para a própria condução das duas câmaras
1502 técnicas, que eu queria que colocar avaliação, é, porque nós temos limitações de criação de GTs.
1503 Nós temos no máximo três que podem ser criados simultaneamente. E aí a gente estaria definindo
1504 aqui dois grupos praticamente permanentes que ocupariam essas posições dentro das respectivas
1505 câmaras técnicas. É, então do ponto de vista de gestão das câmaras, eu vejo como prejuízo a gente
1506 ter essa, essa, esse engessamento de dois GTs criados para tratar do assunto. Então, eu
1507 pessoalmente avalio que seja mais interessante manter na própria CTPA o debate né, no qual já
1508 existem 17 membros ali disponíveis, disponíveis não, de 7 membros que formam o CTPA, é, e
1509 claro, o plenário que é a instituição máxima no qual esse debate deve ocorrer na meu ver né. Então
1510 entendo que, eu gostaria de dar a continuidade aqui ao encaminhamento da própria CTPA. Mas
1511 para isso é importante ouvir outros membros para avaliar se concordam também com essa outra
1512 proposição trazida pela Aparecida.

1513 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1514 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Wilson eu posso só complementar?

1515 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Por favor Aparecida.

1516 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1517 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Obrigada. A gente não pode esquecer
1518 que a CTPA já tem uma agenda específica dela e que é muito densa. E acompanhar plano de bacia
1519 e implementação de plano não é, não é uma questão que você faz reunião bimestral de quatro horas
1520 não. A gente fazia reunião de dia inteiro, um dia e meio ta, com assunto específico para isso. A
1521 gente não pode perder isso de vista. Nós já chegamos a tentar fazer isso via CTPA, e fora que; na
1522 CTPA a gente tem muitos representantes que não tem o menor interesse em estar acompanhando
1523 o plano do Paraguai. Porque não atinge a ele especificamente. Então quando você cria o grupo de
1524 trabalho, nesse grupo de trabalho, entra quem está representando. Eu entendo a sua preocupação
1525 sobre a questão do número de GTs que podem ser criados, apesar de no GT de escassez hídrica
1526 isso não foi problema né, todo mundo colocou, mas entendo, mas nós temos a prerrogativa de criar
1527 um GT no âmbito da plenária do conselho que a gente não até agora. Que a gente pode criar um
1528 GT no âmbito da plenária do conselho talvez chamando representantes da CTPA e da CTIG. A
1529 minha preocupação ao ser da plenária do conselho, é que aí ele teria que ter novamente só 10
1530 membros. Quando a gente cria grupo conjunto a gente passa para 20 membros entendeu. Eu só, eu
1531 só gostaria de estar saindo desses 10 membros para que a gente dê a oportunidade para quem está
1532 na região sabe, não só porque esse GT de 10 que foi criado foi só de representantes aqui dentro do
1533 CNRH. Nós não tivemos participação sabe, da (Ininteligível), de pescadores, de lá da região, nós
1534 não tivemos uma representação nesse GT. Então foi isso que a gente sentiu que ficou faltando sabe
1535 Wilson.

1536 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Sim. Marlian, por
1537 favor.

1538 **SRA. MARLIAN LEÃO DE OLIVEIRA (MME)** – É, eu quero concordar com Aparecida. Eu
1539 também, fiz parte do GAP, é, eu acho que a gente fez até uma tentativa de forma, formar um GT
1540 né, esse, com, só dos membros da CTPA ficou realmente muito enfraquecido, as discussões não
1541 ocorreram, foi muito mal-conduzido, então assim, foi uma experiência que a gente teve que não
1542 funcionou. Então assim, diante dessa limitação que a gente tem de três grupos por câmara técnica,
1543 eu acho que vale a pena a gente usar esse um grupo né, formar um grupo com cada câmara técnica,
1544 no caso duas, e aí permitir que essas câmaras técnicas só tenham mais dois grupos técnicos, para
1545 que a gente possa fazer essa tentativa também. Porque no, do jeito que está não está bom. Porque
1546 a gente não tá conseguindo acompanhar a par e passo as informações. São muitas coisas e a CTPA,
1547 não vejo como, como Cida falou. Aparecida. Disse que tem pessoas que não estão interessadas no
1548 assunto enquanto tem pessoas que estão interessadas e não estão podendo participar.

1549 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. A sugestão então seria,
1550 um grupo na câmara técnica de assuntos, desculpa. Eu leio e esqueço o qual o nome das duas
1551 câmaras. CTPA, e,

1552 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
1553 Integração com a gestão ambiental e territorial

1554 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Elas têm espaço Roseli
1555 hoje para criação de mais GT?

1556 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Tem.
1557 Tem espaço. Mas eu gostaria de dar um, sei lá. Eu acho, a gente está iniciando esse processo de
1558 implementação, claro que já tá andando algum tempo né. Eu acho que a gente podia dar aí um
1559 prazo de seis meses para a gente fazer esse acompanhamento, temos que avaliar que o ano que vem
1560 é um ano, a gente vai ter mudança. Não, temos que avaliar que haverá mudanças né, (Ininteligível)
1561 e assim, a gente criar alguma coisa hoje sem a gente saber se a gente vai, se essas câmaras técnicas
1562 também vão ter essa mesma estrutura né, acho que a gente tem que pensar nessa possibilidade. Mas
1563 de qualquer forma, acho que a gente poderia deixar a CTPA fazer esse acompanhamento sabe, e
1564 daqui a seis meses a gente reavalia no âmbito, fazendo uma apresentação e verificando o quê que
1565 avançou e se é realmente necessário fazer um grupo de trabalho e quem sabe, e aí a gente retoma
1566 aquele grupo que antigamente estava previsto lá no âmbito da bacia, que aí realmente, chama os
1567 atores locais né. Porque de fato, a gente verificou que a CTPA, um grupo de trabalho
1568 acompanhando, não foi muito profícuo né, ainda mais que tinham pessoas aí que não estavam, que
1569 não tinha conhecimento da bacia. A minha proposta Wilson é, da gente dar essa quanti, dar esse
1570 aval ai por enquanto para a CTPA, e a ANA fazer esses apor, reportes aí né, junto com a, tendo
1571 esse apoio dos dois órgãos gestores e daqui seis meses a gente faz um novo avaliação, se ai seria
1572 necessário realmente fazer um GT sabe. E aí realmente, ai quem sabe um GT mais ampliado mesmo
1573 né.

1574 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1575 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Enquanto isso as coisas estão
1576 acontecendo, os produtos estão sendo entregues, nós não estamos avaliando, nós não estamos
1577 participando. Essa é a preocupação, entendeu Roseli? Só você ver o quadro lá que o Marcelo
1578 Mazola apresentou. Coisas que tem para o primeiro semestre de 2023. E depois que a coisa tá
1579 consolidada, é complicado. Desculpa Wilson eu ter invadido a...

1580 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Não não, mas é só, eu
1581 concordo, mas assim; ao mesmo tempo eu faço uma avaliação crítica. Se com um grupo de dez
1582 representantes nós não conseguimos formar, com, de forma a ter uma representação interessante,
1583 sobre o ponto de vista da representatividade da bacia, eu não consigo enxergar como dois grupos a
1584 gente teria. Porque isso é um ponto importante né. Então a gente teve uma tentativa ao longo do
1585 ano de ter essas discussões no âmbito do GT lá na CTPA, no locus onde é adequado, que a própria
1586 CTPA, é, e se chegou esse diagnóstico. Então não eu não consigo enxergar como dois resolveria
1587 esse problema sabe. Que é um ponto. É, por favor Cristiane.

1588 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Não Wilson. Eu tava querendo ver se propunha de
1589 ser aqui no âmbito do próprio plenário, a, o pessoal escreveu aqui no chat, a Aparecida, que o
1590 problema seria o limite de 10 membros, mas são 10 membros que compõem formalmente o GT né.
1591 As reuniões são públicas, a gente trabalha nos nossos GTs (Ininteligível) com a figura dos
1592 colaboradores, é, poderia superar essa limitação de número de pessoas dessa forma. E aí não
1593 contabiliza lá nos três né, que são os limites das câmaras técnicas.

1594 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Abriria um grupo no
1595 âmbito do plenário? Eu acho que isso não é previsto em Regimento. É Roseli?

1596 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1597 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - É previsto. É sim.

1598 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É? Então eu avalio como
1599 uma boa alternativa se vocês concordarem.

1600 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1601 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - E assim. Ele teria que sair por resolução
1602 Wilson. Sabe? Como era o GAP, a gente tem que estar formalizado né. Ou não sei se uma simples
1603 decisão plenária caberia sem ter resolução, já que os anteriores foram com resolução. Tá? E acredito
1604 que por resolução por conta da gente definir as competências. Porque a menor crítica é justamente
1605 por questão de ser simplesmente, ser informado. Sabe? A gente precisa definir as competências
1606 desse grupo.

1607 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Eu avalio
1608 que a gente não tem momento, não é oportuno sabe. Não sei. Eu acho...

1609 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1610 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Se a gente reverter para a câmara
1611 técnica para definir a competência, sim Roseli.

1612 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Mas
1613 então a gente não vai ter tempo hábil para aprovar ainda esse ano, eu acredito.

1614 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Mas, mas pode ficar o
1615 encaminhamento Rose. Acho que tudo aqui vai se ter uma continuidade independente de alterações.

1616 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Não.
1617 Claro que vai ter. Eu só fico preocupada da gente,

1618 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1619 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Até porque não muda todo mundo
1620 gente.

1621 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ficar
1622 amarrada, amarrado a um grupo de trabalho e as coisas vão ficar amarradas a esse grupo.

1623 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1624 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Roseli, quantos assuntos importantes
1625 estão amarrados a grupo de trabalho? Eu sinceramente não tô entendendo a sua resistência. Está
1626 me surpreendendo.

1627 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Não. Não
1628 é resistência. Eu acho que é um trauma da outra, do outro sabe; mas enfim, vocês, vocês são, são
1629 os conselheiros, vocês decidam. Eu acho que também, depende...

1630 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1631 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Mas a gente explicou porque não
1632 funcionou. A gente inclusive conseguiu identificar. Não, a gente identificou porque que não
1633 funcionou né. A gente não pode deixar cair no mesmo erro. Talvez a Cristiane tenha achado um
1634 bom caminho. Que a gente passe até a ter convidados permanentes, a gente achar um... Sabe, esse
1635 caminho só dá para ser discutido na hora que a gente discutir uma minuta de resolução.

1636 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. É, socorro por favor.

1637 **SRA. MARIA DO SOCORRO BRANCO (CNI)** - Estou só para pedir a palavra só para
1638 manifestar minha concordância com a proposta de Cristiane e de Aparecida, a criação desse grupo
1639 de trabalho viu Cida, por resolução né, no âmbito do plenário do Conselho Nacional de recursos
1640 hídricos.

1641 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então acho que tá
1642 registrado aqui a proposta. É, criar um grupo de trabalho no âmbito do plenário do CNRH por
1643 resolução, que vai ser apresentada na próxima reunião, é claro que esse grupo de trabalho se
1644 limitando a estrutura hoje prevista no regimento e no decreto de 10 participantes, sem prejuízo de
1645 convidar outros interessados ok? Então, é, vamos fazer essa tentativa.

1646 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Sim. Só
1647 encaminhamento. Na próxima reunião, não nessa próxima agora né, dia 8, na do ano que vem. do
1648 ano que vem.

1649 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1650 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - É. Não dá nem tempo.

1651 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Pode ser. Por favor. Porque
1652 a pauta já foi encaminhada. Então já tá encerrada a pauta da reunião do dia 8. Ok? Então acho que
1653 se todos concordarem, fica esse encaminhamento como deliberação aqui da plenária, vou repetir
1654 para registrar. Então é, a proposta do plenário é, criar um grupo de trabalho no âmbito do próprio
1655 plenário para acompanhamento da implementação do plano do Paraguai. É, esse grupo vai ser
1656 instituído por resolução a ser apreciada na próxima reunião, na primeira reunião do exercício 2023.

1657 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1658 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - É, por resolução que definirá suas
1659 competências. Wilson, acho que é importante isso também.

1660 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então, nessa resolução
1661 trará as competências. Então todos concordam, tem alguém que se abstém?

1662 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1663 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - E vai pra qual câmara? CTPA não é
1664 isso?

1665 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – É no próprio Plenário.

1666 **SRA. MARIA DO SOCORRO** - Plenário

1667 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1668 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Não. Mas e a proposta de resolução? A
1669 secretaria executiva que faz? É né?

1670 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – A secretaria executiva traz
1671 a proposta. Ok?

1672 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Passa só na CTAL né Wilson?

1673 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Exatamente passa na
1674 CTAL.

1675 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO**
1676 **DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)** - Wilson.

1677 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Por favor Wanderlei .

1678 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE**
1679 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)** - Rapidamente só para
1680 entender, eu entendi toda a colocação, estou de acordo. Só fico preocupado com essa resolução sair
1681 só em 2023 né. Tem uma mudança de governo, tem uma alteração. Nós não sabemos quando vai
1682 ser a próxima reunião né. E aí eu fico preocupado com que a Cida colocou. O material que vai estar
1683 sendo entregue, como é que vai analisar, como é que vai ver isso aí. É só uma questão de time.
1684 Estou de acordo com a estrutura da proposta. Só uma questão de time. Não teria nada para gente
1685 fazer intermediariamente enquanto não sai a resolução? É uma pergunta.

1686 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Eu acho que, acho
1687 que...

1688 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1689 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Posso sugerir? Ela pode sair... Pela
1690 reunião ordinária, cabe incluir item de pauta. A gente pode pedir a inclusão na ordinária.

1691 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Não sei se a gente vai
1692 conseguir a tempo de tratar essa informação aqui. Nós como secretaria executiva.

1693 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1694 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** -No próximo né. Ta muito perto.

1695 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE**
1696 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)** - É porque na verdade,
1697 eu acho que o assunto já foi exaustivamente discutido né Wilson.

1698 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Mas assim; eu queria que
1699 a gente não se preocupasse com esse fato né. A gente aqui tá sendo muito cuidadoso com relatório
1700 de transição governamental, registrando tudo que tá em andamento. Tem outros assuntos que eu
1701 estava ansioso para concluir esse ano que não foi possível. Como uma pauta de reuso, a revisão da
1702 resolução de planos né, de bacia, mas todos esses registros estão ficando muito bem postos aqui
1703 pela nossa equipe no relatório de transição, para não ter nenhum tipo de atraso na continuidade da
1704 do CNRH no Exercício 23. E aí esse vai ser um ponto que a gente vai incluir.

1705 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1706 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Wilson, mas a preocupação do

1707 Wanderley é que a gente não sabe quando a gente tem outra reunião. A gente não pode esquecer
1708 que o CNRH ficou um ano parado.

1709 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE**
1710 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)** - Essa é minha
1711 preocupação Wilson.

1712 **(NÃO IDENTIFICADA)** - É, mas, a história é outra.

1713 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE**
1714 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)** - Só para concluir gente.
1715 Só para (Ininteligível). Eu fico preocupado Wilson, eu acho que vai ter continuidade, claro. Não
1716 vai parar tudo que a gente fez. A gente fez uma porção de coisa que não tem caminho de volta;
1717 vamos prosseguir né. A preocupação é, se demorar vamos dizer três meses, dois meses do ano que
1718 vem, tem produto a ser entregue para ser analisado? É essa pergunta. Quem analisa? Né? Se o
1719 assunto foi exaustivamente discutido hoje, não poderia entrar com uma inclusão e definir isso daí
1720 na próxima reunião? Essa é uma pergunta que eu tô fazendo do ponto de vista prático.

1721 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1722 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Não tem nem muito o que inventar. É
1723 pegar a resolução que cria o GAP, que colocou as competências, a, que aprovou o plano, e que
1724 criou as competências lá do GAP e repetir. Não tem muito o que... Porque lá já fala sobre o
1725 acompanhamento. É só pegar o que tá na resolução que aprovou o plano.

1726 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Bom, se
1727 o conselho aí autorizar, a gente faz uma proposta. Vamos circular aí, e a gente apresenta na próxima
1728 reunião. Mas já, já entra como, como se fosse item de pauta. Sem a gente precisar pedir assinatura
1729 de conselheiros como requerimento de urgência.

1730 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1731 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Como requerimento de urgência né.

1732 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Porque
1733 se não tem que pedir autorização, assinatura, daí,

1734 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1735 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Mas o conselho concordando integral
1736 hoje aqui, não precisa disso.

1737 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ok.

1738 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1739 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Seria uma inclusão de pauta solicitada
1740 pela plenária.

1741 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Então a
1742 gente vai incluir tá Wilson.

1743 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1744 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Olha, eu to te perguntando Roseli. Eu
1745 to falando, mas você sabe, entende disso muito melhor do que eu.

1746 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Não,
1747 não, Eu to só, pra gente não precisar ficar perdendo tempo pedindo assinatura. E aí a gente inclui.

1748 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1749 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Não. Pois é. Mas eu to perguntando se
1750 assim pode. Uma inclusão de pauta com solicitação da plenária pra não ter que...

1751 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Vocês
1752 são soberanos né. Como dizem, vocês decidem Aparecida. Vocês decidindo, a gente faz aqui viu.
1753 A gente vai fazer uma proposta então de resolução, eu peço até ajuda, vou circular tá Aparecida,
1754 para você e outros aí que possam contribuir, o Fonasc até apresentou uma proposta, talvez a gente
1755 possa aproveitar alguma coisa, e a gente tenta minutar então isso e colocar na próxima plenária. Na
1756 extraordinária né.

1757 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1758 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Obrigado pelo empenho tá Roseli.
1759 Porque eu sei que é mais, eu sei que vocês estão até mais acima do que a cabeça de serviço, e a
1760 gente já tá arrumando mais um pouquinho para vocês.

1761 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – A reunião já tá bem longa,
1762 a do dia 8, mas a gente faz esse esforço e aí, de tentar incluir dessa forma como tá encaminhado.
1763 Tá ok?

1764 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1765 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Obrigada.

1766 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – A Socorro está com a mão
1767 erguida. Por favor, Socorro.

1768 **SRA. MARIA DO SOCORRO BRANCO (CNI)** – Só pra lembrar Cida, essa questão que foi
1769 falada aqui, a da continuidade, a gente ficou quase um ano sem reunião, como você disse. Mas é
1770 preciso também que haja uma movimentação dos conselheiros atuais, que estejam vigilantes para
1771 que evitar, evitar que isso volte a acontecer. Porque a gente debitar isso só na conta dos outros é
1772 fácil. Mas a gente também tem que assumir a responsabilidade da passividade diante da situação.
1773 E foi isso que aconteceu. Nós ficamos quietinho no nosso canto, ninguém se mexeu. Então é preciso
1774 que agora se opte por uma atitude mais proativa. Não é possível admitir uma coisa dessa. Sabe? O
1775 CONAMA tá parado há um ano, há quase um ano, e a gente tá vendo prejuízo que tá tendo. Então

1776 são isso. eu gosto muito dos conselhos, apesar de ser muito exaustivo, mas é o espaço legítimo de
1777 participação da sociedade. Eu não preciso estar batendo no ga, na porta do gabinete do Wilson para
1778 falar com ele. Aqui a gente fala tudo, aqui a gente pergunta tudo. Sabe? Eu não preciso que os
1779 órgãos governamentais, ir de porta em porta, pedir nada ninguém porquê? Porque aqui é um fórum
1780 de debate. Então está na responsabilidade do conselho manter esse conselho funcionando também.
1781 Era só isso. E o princípio da continuidade administrativa, ele perpassa. Então, que foi feita até aqui
1782 tem que ter continuidade; não tem outro jeito.

1783 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Muito bem. Cristiane
1784 também por favor.

1785 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** – É, então, eu tô olhando aqui no regimento, ele fala
1786 que os grupos de trabalho terão a composição definida no ato de sua criação. O ato de criação dos
1787 GTs nas câmaras técnicas é a própria ata memória da reunião né. Então assim; entendo que a
1788 Aparecida tá querendo fazer por resolução, não sei

1789 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1790 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Na plenária é por resolução. Na
1791 plenária, é por resolução.

1792 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Não serve a ata igual, igual nas câmaras técnicas.

1793 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1794 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Acho que não. Porque a forma de
1795 decisão de plenária é sempre por resolução. Câmara técnica é uma coisa que não tem, não tem tanto
1796 engessamento como uma plenária.

1797 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Tá. Não, tá bom. É porque, só porque eu ia propor
1798 que a gente ao menos assim, as instituições indicassem aqui, e saísse formado o GT. E depois se
1799 ele precisasse, mandar aí alguma minuta para o plenário sobre competências além do
1800 acompanhamento, mandaria depois. Está bem.

1801 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1802 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Mas eu acredito que não, não deva
1803 conseguir sabe Cristiane. Seria o ideal; mas,

1804 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Anivaldo. Senhores,
1805 eu queria pedir muita objetividade, que eu queria terminar os outros itens de pauta da moção e nós
1806 já passamos meio-dia. Por favor Anivaldo.

1807 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
1808 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - É. Eu vou ser bem objetivo. Eu não compartilho essa ideia
1809 de que vamos ter mudança de governo e portanto nós vamos ter um longo período aí, de abstinência
1810 né. E isso houve na administração atual, porque tinha uma outra filosofia muito refratária a questão

1811 dos princípios participativos. É, e sem entrar no mérito aí, de quem tem o caminho melhor ou não,
1812 mas a verdade é que a próxima administração é ao contrário. Vai restituir com muita força a
1813 aplicação do caráter participativo, descentralizado e compartilhado. Essa é a expectativa que eu
1814 acho que é muito concreta. Portanto eu seguiria mais com o raciocínio que a Roseli apresentou,
1815 mas caso isso não seja mantido, ou seja, a proposta encaminhada pela própria câmara técnica, eu
1816 quero dizer que o segmento de comitês de bacia vai querer participar desse grupo. E eu preciso ter
1817 tempo para fazer consultas sobre como isso será encaminhado. Não acredito que essa proposta de
1818 você tirar né, a toque de caixa aqui, dentro do Conselho, um grupo de trabalho, seja melhor. Isso
1819 poderia muito bem ser remetido ao próximo ano. É um outro cenário, é uma outra, vai haver como
1820 Wilson colocou muito bem, você vai ter todo um contexto de definições. E porque aqui nós temos
1821 que tirar aqui a toque de caixa, esse grupo de trabalho?

1822 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1823 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Não é tirar aqui não Anivaldo. É na
1824 plenária do dia 8. Você pode fazer assim. Assegura voto do comitê de bacia e depois você indica
1825 quem você quiser. O que vale é você assegurar a cadeira do comitê.

1826 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Mas vamos, só, espera aí.
1827 Vamos só pra organizar então aqui, é...

1828 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
1829 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - (Ininteligível) Então eu já desde antemão, digo que isso tem
1830 que ser feito com absoluta consulta para que não saia daqui, não é, uma, uma composição de última
1831 hora para uma questão que é muito importante. Já, já estava inclusive encaminhada dentro da
1832 própria câmara técnica que cuida disso. Aí você vai criar uma outra instância, mas muito bem. A
1833 minha proposta é a seguir a idéia original muito bem explícita aqui pela Roseli. E no raiar do
1834 próximo ano, nós teremos muito melhores condições de avaliar o que fazer. Bom, mas eu é claro,
1835 sempre me curvo a maioria. Mas a minha proposta é seguir o que estava originalmente proposto e
1836 que Roseli aqui muito bem explicitou. Esse é o meu voto. Obrigado.

1837 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok Anivaldo. Obrigado. E
1838 Clímaco está inscrito também.

1839 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1840 **GOVERNAMENTAIS)** - Eu estou é, pedindo, esperando um pedido de desculpas, já interno, de
1841 governo, onde o senhor secretário sempre manteve uma atitude até um pouco diferente da ideologia
1842 do governo que lhe emprega, e fui extremamente desrespeitado como conselheiro, e espero que,
1843 não preciso repetir as palavras do meu colega Anivaldo, pessoa que tenho muita admiração, que
1844 deu um retrato de qual é o princípio que rege a participação da sociedade nas decisões relacionadas
1845 a gestão de recursos hídricos. Infelizmente, o senhor secretário me deve desculpas por ter mostrado
1846 quem é, realmente o que o senhor é. Eu acho que tá tendo erro processual muito grande, porque o
1847 Fonasc encaminhou uma proposta de resolução para tratar desses assuntos. E ela foi simplesmente

1848 atropelada por uma demanda do setor elétrico indignado ou de mal, ou mal, mal, mal satisfeito com
1849 os encaminhamentos que foram dados no plano de bacia, e atropelou todo, uma cadência de
1850 prioridades, colocando nosso segmento como um relés, participante que não tem, que não tá tendo
1851 respeito até para poder colocar na ordem de prioridade a nossa, a nossa participação quando a gente
1852 coloca um documento extremamente minucioso, extremamente detalhado que sugere que a câmara
1853 técnica se negou a discutir o assunto, e agora vem uma proposta sobressalente, tratando do mesmo
1854 tema, por outro segmento, sem ter nada por escrito, sabe? Sem estar protocolada, sem seguir rito...
1855 Eu tô achando senhor Wilson que o senhor hoje foi muito grosseiro com nossa representação,
1856 felizmente o governo está mudando, e essa experiência de hoje foi extremamente terrível. O senhor
1857 deve desculpa ao segmento das ONGs, e eu vou tratar disso de uma maneira, do jeito que o senhor
1858 me tratou. Eu quero que processualmente a nossa proposta protocolada, legalmente instituída, não
1859 tenha, tenha precedência sobre outra que vem depois. E ela seja analisada seguindo o rito processual
1860 normal. E corroborando a fala do colega Anivaldo, acho que a gente tá fazendo uma correria para
1861 atender alguém que não é o próprio Conselho Nacional de recursos hídricos. Infelizmente eu estou
1862 extremamente decepcionado com sua conduta. Espero que o senhor peça desculpas pela forma...

1863 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – A conduta não é minha. É
1864 o plenário. O plenário aqui é soberano, é um debate conjunto, eu não devo satisfação nem desculpas
1865 não João Clímaco. Acho que você tá sendo um pouco, sei lá. Um pouco além das considerações.
1866 Aqui a gente está justamente num debate. E você tá trazendo agora a sua posição; entendeu? Eu
1867 estou sendo bastante democrático, a gente tá há mais de uma hora discutindo esse assunto. Então
1868 você finalmente trouxe agora a sua contribuição e nós estamos aqui ouvindo.

1869 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1870 **GOVERNAMENTAIS)** - Não. Eu estava fazendo uma análise conjuntural do problema, onde
1871 estava sendo colocado uma proposta ao arrempeio de outra muito bem fundamentada, seguindo todo
1872 o tramite processual do regimento do conselho, e o senhor (Ininteligível) aí o senhor corta a minha
1873 palavra e (Ininteligível)

1874 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Não. Eu e Roseli deixamos
1875 muito claro qual é a proposta nossa. É manter o que a CTPA já indicou ta? Agora, o plenário trouxe
1876 uma outra proposta e a gente tá em debate. O momento é esse. Se alguns representantes, sociedade
1877 civil e comitê, como o Anivaldo deixou muito claro, não concordam, é o fato agora da gente
1878 realmente, é, dar continuidade.

1879 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
1880 **GOVERNAMENTAIS)** - O senhor tá fazendo as coisas ao (Ininteligível) do processo do
1881 procedimento legal. Se o senhor não colocar a minha proposta em discussão nos órgãos
1882 competentes do conselho, o senhor vai ser, vai ter uma atitude discricionária, com falta de isonomia
1883 e vai embananar mais o problema. Porque eu vou ter que ir, como já fui outras em outras vezes, e
1884 fui muito concedente pro seu governo, em não ter efeito que eu fiz nos governos do PT. Em que ia

1885 para a justiça e anulava as decisões de vocês. O senhor tá abusando do seu poder, peça-me desculpa,
1886 porque eu não vou perdoar esse comportamento arbitrário e desrespeitoso com um conselheiro.

1887 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Eu não tô nem
1888 entendendo muito Clímaco. Mas, tudo bem. Vamos seguir então aqui pelo seguinte. Eu queria
1889 encaminhar da seguinte forma. O assunto foi sugerido pela CTPA como, a própria CTPA
1890 acompanhar implementação do plano ta. E assim exercer suas funções de competência que estão
1891 em decreto de acompanhamento de plano de bacia. A sugestão que foi trazida hoje, é para que se
1892 crie um grupo de trabalho no âmbito do plenário. Pelo que eu entendi da proposta do Clímaco e a
1893 Anivaldo, é, que a gente mantenha, né Anivaldo? A forma de acompanhamento dentro da CTPA
1894 por hora, a Roseli deixou isso bem claro, vamos deixar isso nos próximos seis meses e reavaliar o
1895 ano que vem. O qual eu também concordo. Ta?. Então, eu acho que a gente pode colocar para
1896 deliberação aqui, para votação esse assunto. Para a gente colocar de forma mais, mais democrática
1897 o assunto para finalizar. Então Roseli, você abre a planilha por favor?

1898 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1899 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Wilson. Wilson. (Ininteligível).

1900 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Não. Vamos encaminhar
1901 Aparecida. Já foi bastante discutido o assunto.

1902 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1903 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Não. Pois é. Antes do encaminhamento.
1904 Rapidinho. É rápido Wilson. Eu só queria pedir a compreensão do Anivaldo e do Clímaco, só um
1905 minutinho Clímaco. Que a proposta como veio, de ser no âmbito da CTPA, é da CTPA apenas
1906 receber os informes. A gente briga tanto por descentralização. A representação de comitê e de
1907 ONG, vem defender uma proposta onde a gente só vai receber informe? Onde a gente não participa
1908 de todo processo decisório e de discussão? É isso que eu gostaria que vocês se atentassem um
1909 pouco; porque, o porque a gente está pedindo que seja dessa forma. E que a gente já experimentou
1910 ser o âmbito da CTPA, é, a própria Roseli já colocou aí que não deu certo porque ficam
1911 participantes que não tem interesse na bacia do Paraguai. E a CTPA já tem uma pauta super densa
1912 para gente estar discutindo plano de bacia. (Ininteligível) que eu fiquei, eu estranhei demais o
1913 Anivaldo e o Clímaco apoiarem uma questão dessas. Só isso.

1914 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Tá claro Aparecida. Já
1915 foi bastante defendido. Ok. Roseli, vamos, vamos encaminhar então pela votação. Porque a forma,
1916 no debate aqui a gente não vai chegar à conclusão nenhuma. A gente precisa votar. Você abre a
1917 planilha por favor, projetada Rose, com a planilha dos conselheiros.

1918 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Wilson,
1919 e ai a gente coloca o quê? Para manter a...

- 1920 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Opção 1, acompanhamento
1921 na CTPA. Conforme foi o encaminhamento da CTPA. Opção 2, criar um grupo de trabalho no
1922 âmbito da plenária.
- 1923 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ou se
1924 não só coloca, só a opção da CTPA e quem não quiser a gente fica automaticamente em GT né.
- 1925 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Acho que é bom já registrar
1926 aqui na coluna, só para ficar claro para quem não, talvez, vai ver a apresentação, ficar mais
1927 (Ininteligível) tá voltando. Então, PRR Paraguai. Aí a coluna C, é, CTPA, e a coluna D, GT do
1928 plenário. E aqui, se abstém. Ótimo. Então vamos encaminhar assim pela votação?
- 1929 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ok
- 1930 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Cristiane, por favor, como
1931 vota?
- 1932 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Pelo GT do plenário.
- 1933 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Vamos ver se estão
1934 presentes. Você vai conduzindo aí por favor Roseli?
- 1935 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Tá. A
1936 segunda vaga o Ministério Desenvolvimento Regional, Gilson?
- 1937 **SR. GILSON PIRES DA SILVA (MDR)** - GT do plenário também.
- 1938 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
1939 Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Defesa, Relações exteriores, Ministério
1940 da Economia, Ministério da Economia, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Agricultura,
1941 Pecuária e Abastecimento, Ministério da Cidadania, Ministério da Educação, Ministério da Saúde,
1942 Ministério de Minas e Energia,
- 1943 **SRA. MARLIAN LEÃO DE OLIVEIRA (MME)** - Vota pelo GT, plenário.
- 1944 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
1945 Ministério de Minas Energia, segunda vaga,
- 1946 **SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME)** - GT plenário.
- 1947 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** -
1948 Ministério da Ciência e Tecnologia inovações, Ministério do meio ambiente, Ministério do meio
1949 ambiente segunda vaga, Ministério do Turismo, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos
1950 Humanos,
- 1951 **SR. HENRIQUE VILLA DA COSTA FERREIRA (MMFDH)** - GT plenário.

- 1952 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Ok.**
1953 Mato Grosso Goiás Mato Grosso do Sul,
- 1954 **SR. LUIZ HENRIQUE M. NOQUELI (MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E**
1955 **GOIÁS) - Leo você ta... Então, GT plenário.**
- 1956 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Ok**
1957 Noquele. Distrito Federal Espírito Santo
- 1958 **SR. JOÃO CARLOS COUTO LÓSSIO FILHO (DISTRITO FEDERAL E ESPÍRITO**
1959 **SANTO) – GT plenário.**
- 1960 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Santa**
1961 **Catarina Paraná Rio Grande do Sul, São Paulo Minas Gerais Rio de Janeiro, Rondônia Amapá**
1962 **Tocantins**
- 1963 **SRA. CLEANE DO SOCORRO DA SILVA PINHEIRO (TOCANTINS, RONDÔNIA E**
1964 **AMAPÁ) – GT Plenário**
- 1965 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -**
1966 **Obrigada Cleane. Para Roraima, Amazonas, Maranhão Ceará e Piauí**
- 1967 **SR. RAMOM FLÁVIO GOMES RODRIGUES (MARANHÃO, CEARÁ E PIAUÍ) – GT**
1968 **plenário. Ramom**
- 1969 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Oi**
1970 **Ramom. Obrigada. Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia e Sergipe.**
- 1971 **SR. EDUARDO FARIAS TOPÁZIO (ALAGOAS, BAHIA E SERGIPE) – GT plenário. Bahia.**
- 1972 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Bahia.**
1973 **Ok. Topázio. Irrigantes**
- 1974 **SRA. JORDANA GABRIEL SARA GIRARDELLO (IRRIGANTES) - GT plenário também.**
- 1975 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -**
1976 **Prestadores de serviço público de abastecimento de água, esgotamento sanitário**
- 1977 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE**
1978 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO) - Wanderley Paganini,**
1979 **GT plenário.**
- 1980 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -**
1981 **Concessionárias e autoridades de geração hidrelétrica,**

- 1982 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
1983 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA) - GT plenário.**
- 1984 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Setor**
1985 **hidroviário.**
- 1986 **SR. WILLAN THADEU LEMES DE ARAÚJO (SETOR HIDROVIÁRIO) - GT plenário.**
- 1987 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - A,**
1988 **indústria, pescadores e usuários,**
- 1989 **(NÃO IDENTIFICADA) – (Ininteligível) ela tá tentando falar aqui. Maria, não funcionou.**
- 1990 **(NÃO IDENTIFICADA) – Não. É porque o Mário que é o conselheiro, ele deu uma saidinha**
1991 **aqui. deixa eu ver.**
- 1992 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Tá.**
1993 **Depois ele volta. Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo,**
1994 **comitês de bacia hidrográficas em rios de domínio da união, Anivaldo,**
- 1995 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
1996 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO) - Desculpe. Câmara técnica.**
- 1997 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Ok.**
1998 **Organizações técnicas de ensino e pesquisa,**
- 1999 **SR. CRISTOVÃO VICENTE SCAPULATEMPO FERNANDES (ORGANIZAÇÕES**
2000 **TÉCNICAS DE ENSINO E PESQUISA) - É, plenária.**
- 2001 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - E**
2002 **organizações não governamentais, João Clímaco, bom. É temos,**
- 2003 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2004 **GOVERNAMENTAIS) - (Ininteligível)**
- 2005 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Câmara**
2006 **técnica né João?**
- 2007 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2008 **GOVERNAMENTAIS) - Câmara técnica com a ressalva de que esse procedimento ta não**
2009 **seguinto o regimento.**
- 2010 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - Ok.**
2011 **Então temos 15 para que seja formado GT no plenário e dois aí, para que mantenha na CTPA.**

2012 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2013 **GOVERNAMENTAIS)** - Qual o quórum, qual o quórum, é, Roseli?

2014 **SR. MÁRIO AUGUSTO DE CAMPOS CARDOSO (INDUSTRIAS)** - Roseli, Mário Cardoso
2015 da indústria, GT plenário também tá? Meu microfone não funcionou na hora.

2016 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Ah tá
2017 bom. Obrigada viu? Ok. Nós temos quórum viu Wilson? Temos, cadê Industria aqui? Temos
2018 quórum. Então 16 pro GT plenário e 2 pra CTPA.

2019 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok. Então, então aprovado
2020 então pela maioria esse encaminhamento e a secretaria executiva vai se esforçar muito para trazer
2021 na próxima reunião uma, uma proposta de resolução. Ok? Com as competências inclusive.

2022 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2023 **GOVERNAMENTAIS)** - É (Ininteligível) setor elétrico que vai trazer a proposta?

2024 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Oi João.
2025 A gente vai, a gente vai elaborar a proposta e eu vou entrar em contato contigo para a gente fazer
2026 uma proposta que seja adequada aí também para vocês tá bom?

2027 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2028 **GOVERNAMENTAIS)** - Olha, eu continuo com minha proposta em pauta, o conselho
2029 regimentalmente não (Ininteligível)

2030 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - A gente
2031 vai considerar. A gente vai considerar aquela sua proposta tá bom? Pode deixar.

2032 **SRA. FERNANDA BATISTA FALAYETTE (PERNAMBUCO, PARAIBA E RIO GRANDE**
2033 **DO NORTE)** - Pernambuco ainda dá tempo de votar? Deu pro, meu computador travou, GT
2034 plenário.

2035 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Oi
2036 Fernanda. Tá bom Fernanda. Vou registrar aqui. Obrigado.

2037 **SRA. FERNANDA BATISTA FALAYETTE (PERNAMBUCO, PARAIBA E RIO GRANDE**
2038 **DO NORTE)** - Por nada.

2039 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2040 **GOVERNAMENTAIS)** - A Fernanda votou o que?

2041 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - GT
2042 plenário.

2043 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Muito bem. obrigado
2044 então. Agradeço aí pela, por a gente ter concluído esse debate dessa pauta, e eu gostaria então de,
2045 além desse encaminhamento né, de que vamos tentar na reunião do dia 8, trazer a proposta de
2046 resolução, é, colocar para apreciação as moções. Não queria encerrar essa reunião sem nós
2047 aprovarmos as moções sugeridas pela câmara técnica de segurança de barragem. São três moções
2048 importantes com sugestões de encaminhamento de recomendações para os órgãos fiscalizadores,
2049 para os comitês de bacia e também para é, para as municipalidades. Né?

2050 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Congresso Nacional.

2051 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Congresso Nacional.
2052 Desculpa. É, então, eu queria pedir para Cristiane rapidamente mencionar do que se trata as três
2053 moções para que a gente já coloque as três para deliberação. E eu vou precisar passar a condução
2054 para o Dr. Anderson. Anderson você pode por favor me substituir aqui na condução?

2055 **SR. ANDERSON** – Sim Wilson. Estou a postos.

2056 **SR. WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR (CNRH/MDR)** – Ok obrigado

2057 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Tá bem. Acho que vai ser facilitada aqui a
2058 apresentação das moções. Porque a gente já vem ai da discussão do, da apresentação do relatório
2059 de segurança de barragem, e até por isso que a gente pediu para colocar ele antes. Bom; a gente
2060 tem a primeira moção, eu não coloquei os considerandos aqui na tela, coloquei só o que resolve né.
2061 O que resolveria, que é o CNRH. Eu vou tentar explicar as razões aqui que estão refletindo nos
2062 considerandos. Então no caso da primeira, é uma, é uma resolução do conselho solicitando ao
2063 congresso nacional que avalie o estabelecimento de normas legais que viabilizem recursos
2064 financeiros para estruturação dos órgãos de proteção e Defesa Civil municipais, estaduais, distrital
2065 e Federal, bem como a possibilidade de criação de carreiras específicas para proteção e Defesa
2066 Civil nessas esferas. Então a gente, é uma solicitação ao congresso que eles estudem isso, a gente
2067 tem os órgãos de proteção e Defesa Civil como um elo super importante da implementação da
2068 política de segurança de barragens, eles que fazem os planos contingência, que então faz a
2069 conexão entre o plano de ação de emergência e o plano de contingência e a comunicação é mais
2070 forte com a sociedade. Então a gente tem visto que até a política pede né, que o PAE seja
2071 implementado e quando se esbarra nessa comunicação, nessa interlocução com a Defesa Civil, a
2072 gente tem essa dificuldade de implementação por muitas vezes não ter estrutura e não ter nem quem
2073 faça o, nem quem faça os planos contingência. Então é uma solicitação que o Congresso Nacional
2074 avalie né, e estude essa situação. Eu posso passar todas Anderson?

2075 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Sim. Eu acho melhor fazer em bloco. Por favor
2076 Cris.

2077 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Tá bom. A próxima é uma moção aos fiscalizadores.
2078 Aos órgãos fiscalizadores de barragens de água, exeto para fins de geração de energia, isso é focado

2079 nesses, depois que a gente avaliou a situação das barragens de cada fiscalizador né. Então essas, as
2080 nossas mais dificuldades de cadastramento e implementação estão na parte de fiscalização das
2081 barragens de usos múltiplos. Então é uma recomendação que esses fiscalizadores avancem com a
2082 devido urgência para atingir o completo cadastramento das barragens sobre sua jurisdição. É,
2083 considerando inclusive o mapeamento das massas da água artificiais que a gente tem feito pela
2084 ANA no âmbito do SNISB ou outro né, de maior escala de detalhes como é o, que é caso que a
2085 gente viu que o Ceará tem. Que os órgãos fiscalizadores aprimorem a coleta de dados e a
2086 complementação de informações no SNISB é, buscando sempre a faixa ótima do indicador de
2087 completude de informação. E aí a gente faz aqui uma sugestão, olhando exemplos positivos como
2088 o estado de Goiás, né, então que eles avaliem a possibilidade realização de chamamento público e
2089 de utilização de incentivos aos empreendedores para regularização das barragens e o fornecimento
2090 de informações. Essa regularização de barragens também é muito positivo para o gerenciamento
2091 de Recursos Hídricos né, uma vez que a gente ainda tem várias sem a devida outorga, sem a devida
2092 regulamenta, regula, regularização. Que eles avancem na comunicação e na promoção de
2093 campanhas de esclarecimento dos empreendedores sobre a importância da regularização de
2094 barragens e o cadastro completo dos empreendimentos. E que eles promovam debates internos para
2095 estabelecimento de um plano de ação para implementação das recomendações desta moção. E com
2096 efetividade da política nacional de segurança de barragens em suas esferas de competência. A outra
2097 moção, é uma moção aos comitês de bacia recomendando que apóiem capacitações e treinamentos
2098 é, que comentem a cultura de segurança de barragens e de gestão de riscos. Que estimulem a
2099 estruturação dos órgãos de proteção e Defesa Civil dos municípios da bacia. Que estimulem os
2100 municípios da bacia destinar e aplicar recursos próprios e de compensações financeiras, é, para
2101 viabilizar a operação, manutenção, recuperação em adequada, é, em adequação a lei 12334 das
2102 barragens sobre sua responsabilidade. Né? Quando eles figuram como empreendedores; bem como
2103 a estruturação de seus órgãos de proteção e defesa civil. Então; aqui a gente pensa muito nessa
2104 proximidade né, com os municípios e a possibilidade de aí, de uma tratativa, de um convencimento.
2105 E que promovam debates sobre a segurança de barragens respeitando a representatividade dos
2106 diferentes setores, visando a implementação das recomendações desta moção e com efetividade da
2107 política nacional de segurança de barragens em sua esfera de competência. Incluindo avaliação de
2108 necessidade de criação de grupos de trabalho específico. Aí teve essa aqui que tá riscadinha, que
2109 foi indicação da câmara técnica, mas a CTAL retirou né. Por avaliação de competência. Que dizia
2110 né, recomendação de inserção da gestão de riscos a prevenção e a segurança de barragem nos planos
2111 de Recursos Hídricos das bacias, avaliando manchas de inundação, inclusive de barramentos
2112 dispostos em cascata, de forma a contribuir com orientações aos planos diretores de uso e ocupação
2113 do solo, contribuindo para evitar novas ocupações em área de risco. Essas são as três moções que
2114 já passaram pela CTAL e que estão aqui hoje. É, só para dar um spoiler né, vamos dizer assim, e
2115 para vocês não acharem que olhando, depois tudo que a gente viu no RSB né, que ainda estaria
2116 faltando uma recomendação mas deve vir para reunião do dia 8, essa moção aos governos federal,
2117 estadual e distrital, para avaliar né, adequar a estruturação das entidades fiscalizadoras. Que a gente
2118 viu que é uma grande lacuna para implementação da política. E criação de rubrica orçamentária

2119 específica para as ações de segurança de barragem. Então essa aqui a gente não discute hoje, mas
2120 só para vocês saberem que depois ela vai ter uma complementação na próxima reunião. Obrigada.

2121 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Perfeito Cris. Muito obrigado. É, só para
2122 complementar, acredito que o Luis Gustavo com coordenador da câmara técnica possa fazer algum
2123 comentário antes de passar a palavra para você ter mais membros. Por favor.

2124 **SR. LUIS GUSTAVO WESTIN (COORDENADOR CTSB)** – Bom. Só complementar aí, a
2125 Cristiane, que essas, todas essas moções já eram demandas antigas de segurança de barragem,
2126 oficializadas nos relatórios de segurança de barragens anuais. E que a gente aproveitou a criação
2127 do grupo de trabalho de segurança de barragem para avaliar o relatório desse ano produzido pela
2128 ANA para que a gente pudesse dar encaminhamento a aquilo que a competência da câmara técnica
2129 de segurança de barragem é, portanto enviando essas moções aqui para plenária para avaliação.

2130 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Perfeito Luís. Muito obrigado. Então vou abrir
2131 a palavra aos membros para algum comentário, acredito que são temas muito relevantes a serem,
2132 o tema de segurança barragem a ser inserido aí no congresso nacional, para os órgãos fiscalizadores
2133 e comitês de bacia. É, como bem a Cris falou, haverá também uma outra moção então na próxima
2134 reunião do conselho. Né? Vamos nos restringir a essas três. Como foi apresentado em bloco, eu
2135 pergunto aos membros se tem algum comentário é, para alguma das moções. É, o primeiro inscrito
2136 é o Anivaldo. Por favor Anivaldo.

2137 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
2138 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO)** - Bom e, já estamos passando do horário, portanto vou ser
2139 bem telegráfico, É, do ponto de vista dos comitês, Isso aqui é uma sugestão para a continuidade
2140 próxima no futuro do debate. E antes de colocar a minha observação, eu quero destacar como outros
2141 destacaram, a excelência do trabalho que a câmara técnica faz né. Inclusive essa análise do
2142 relatório, e acho que tem muita gente que se dedica e o assunto é muito sério né. É, isso diz respeito
2143 a vida das pessoas, mas eu só queria dizer, não como uma proposta acabada aqui, mas como os
2144 comitês foram (Ininteligível) a digamos assim, se envolverem nessa questão com algumas missões
2145 específicas e tal, eu queria, entretanto, observar, que de alguma forma os melhores fiscais e a
2146 melhor comunidade para acompanhar o problema da segurança de barragem são as populações que
2147 estão evidentemente nas áreas de risco, ou nas proximidades das áreas de risco. E eu não sei o
2148 quanto essas populações estão, tanto na legislação como na nas normas subsidiárias, elas estão
2149 contempladas né, como elementos, como digamos assim, sujeitos interessados no processo da
2150 construção da segurança de barragens. Eu acho isso é essencial. Não vejo aqui em todas as
2151 resoluções é, digamos assim, instrumentos dirigidos a esse público. E é o melhor público para fazer,
2152 mas eu não sei se as empresas e se a burocracia de estado etc, tá muito interessada em envolver.
2153 Porque a gente sabe que a comunidade a ser diretamente afetada, ela é muito interessada nisso.
2154 Então eu acho que é tempo de, se não existirem dos instrumentos adequados, se estudar as formas
2155 pelas quais as empresas, o poder público, a fiscalização, e todos esses outros, digamos assim, é,
2156 órgãos do poder público que tratam dessa questão, o quanto eles de fato, é, contemplam as

2157 populações locais é, nesse grande esforço para manter, sobre muita, muito acompanhamento os
2158 processos que envolvem as barragens. Era só essa observação. De resto, eu volto a dizer que o
2159 trabalho é um, foi um trabalho de qualidade realizado pela câmara técnica e pela própria Agência
2160 Nacional de Águas na feitura dos seus relatórios. É isso aí. Muito obrigado.

2161 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB – Ok Anivaldo Muito obrigado. Obrigado pelas**
2162 **observações.**

2163 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR) - Obrigada Anivaldo. Eu posso responder rapidinho**
2164 **Anderson?**

2165 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB – Claro. Por favor.**

2166 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR) - Tem dois momentos grandes de participação da**
2167 **comunidade Anivaldo. Tem o plano de ação de emergência e tem no plano de contingência né.**
2168 **Quando a gente coloca essa intenção de fortalecer aí as defesas civis, são para fortalecer a própria**
2169 **comunicação e participação da sociedade. É, uma outra forma que a gente está tentando é levar isso**
2170 **para dentro dos comitês de bacia que a gente sabe influência que vocês têm e como vocês estão**
2171 **muito mais próximos e conseguem mobilizar. Então a gente está tentando aí, com esse trabalho**
2172 **meio de formiguinha; entendeu? De ir tentando, mobilizando, porque a participação é realmente**
2173 **importante demais.**

2174 **SR. ANIVALDO DE MIRANDA PINTO (COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM**
2175 **RIOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO) - Não. (Ininteligível) sem dúvida. É, e até quero lhe dizer que**
2176 **o comitê do São Francisco nesse momento está realizando, retomou as a sua parceria com o**
2177 **Ministério Público e vários outros órgãos, e que estão consolidadas no programa fiscalização**
2178 **preventiva integrada. Inclusive essa fiscalização realizada com recursos da cobrança em ter apoio**
2179 **do comitê, prever exatamente quando da incidência em grupos de municípios, também uma equipe**
2180 **exclusivamente dedicada a segurança de barragens né. E de fato eu sei que tem lá no plano de**
2181 **contingência, mas eu acho que ainda assim, a única coisa que eu quis dizer é saber se isso é**
2182 **efetivamente não pode ser melhorado para contemplar ainda mais esse caráter participativo. Mas**
2183 **eu concordo com tudo que você falou. Obrigado.**

2184 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB – Obrigado Anivaldo. Dando continuidade aqui,**

2185 **SR. LUIS GUSTAVO - O Anderson me permite?**

2186 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB – Sim.**

2187 **SR. LUIS GUSTAVO WESTIN (COORDENADOR CTSB) - Me permite só um comentário a**
2188 **respeito dessa posição do Anivaldo.**

2189 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB – Por favor.**

2190 **SR. LUIS GUSTAVO WESTIN (COORDENADOR CTSB)** - Anivaldo, a gente, gestores de
2191 segurança de barragem como um todo, é, sente falta dessa contribuição da sociedade de uma
2192 maneira estruturada, organizada e principalmente com a cultura de segurança de barragens né.
2193 Então a gente vê como um trabalho contrário a segurança de barragens o que se tem na comunidade
2194 que são Fake News né. Então isso faz com que a sociedade refute barragens e o preço a longo prazo
2195 disso será muito caro a sociedade. A barragem é importante, é essencial ao desenvolvimento da
2196 sociedade. Então a gente identificou dentre essas moções, que o comitê de bacia pode ser uma porta
2197 de fomentar a cultura de segurança de barragem nas comunidades, ou uma das portas. A outra
2198 porta, seria o que a Cristiane disse aí, o PAE e o PLANCON sendo discutido na comunidade. Então
2199 é, justamente a sua pergunta é um ponto chave e um ponto de partida para a justificativa de
2200 elaboração dessas moções.

2201 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB – Obrigado Luiz. É, o próximo inscrito, João**
2202 **Clímaco, por favor. Já encerro então as inscrições se não tiver mais interessados, para darmos,**
2203 **adiantamento da hora aqui né. João Clímaco por favor.**

2204 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2205 **GOVERNAMENTAIS)** - Obrigado aí pela sua condição. Eu queria me reportar a proposta é que,
2206 da moção aos comitês de bacia, esclarecendo que ela começou numa demanda, que foi o Fonasc
2207 que encaminhou ao Conselho Nacional, não sei se vocês lembram disso, e que andou e chegou
2208 numa hora que houve uma negação de existência dela e o Wilson, por conta da discussão do Plano
2209 Nacional, prometeu que esse assunto entraria na, na, pelo menos essa promessa ele cumpriu, e isso
2210 tenho que registrar, porque eu sou justo, não posso fazer discricionariedade assim, separar o joio
2211 do trigo de uma maneira injusta. Infelizmente as pessoas terminam numa determinada, na saída da
2212 festa, queimando o filme. Mas eu queria que você mostrasse o texto da resolução aos comitês de
2213 bacia, porque houve um assunto que foi tirado da do texto e eu queria saber se a última parte da,
2214 do considerando, ou da definição é, criar GTs, é, pode aumentar um pouquinho mais? Eu não sei
2215 se, eu não to enxergando bem aqui. É criar, pode ler, é porque eu to aqui no celular e eu não to
2216 enxergando que é a criação de,

2217 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Esse pedacinho aqui, incluindo a avaliação da
2218 necessidade da criação de grupos de trabalho específicos.

2219 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2220 **GOVERNAMENTAIS)** - Ótimo. Eu quero agradecer a inserção desse item né. Mas eu fiquei um
2221 pouco desapontado com a saída do item que dava ao comitê um papel técnico preponderante para
2222 (Ininteligível) a sociedade de referências para a sua prevenção a desastre né. E isso aí para mim me
2223 pareceu uma retirada injusta. E qual foi o fundamento da retirada disso porque, uma moção ela não
2224 cria, não cria, não cria órgão. Ela não cria. Ela resgata diretrizes que podem ser absorvidas por
2225 outros. E que ele pode obedecer ou não, ele pode criar ou não essa, adotar ou não diretrizes. Então
2226 a moção não é uma resolução. Então não haveria motivos pra tirar esse item da inscrição, inserção
2227 da gestão de prevenção, para ser um dos trabalhos desse GT que está no item de baixo. Entendeu?

2228 Isso aí me parece que, que poderia ser melhorado nessa linha né. Até quem sabe contemplar a
2229 proposta que foi colocado pelo, pelo companheiro Anivaldo, é, de focar um pouco isso também no,
2230 da comunicação com a sociedade civil, a população que tem um papel importante. Então eu não
2231 sei se é, competente essa minha proposta.

2232 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB – Não.** Eu acho relevante saber né, o,
2233 contextualizar um pouco que foi discutido lá na câmara de assuntos legais. Eu não sei se a Roseli
2234 como relatora poderia fazer um breve relato Rose.

2235 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) - O**
2236 Anderson, isso já foi vencido lá na CTAL né, em função da competência. É, a CTAL enfatizou
2237 bastante que não seria competência . Fugia, extrapolava um pouco a competência do comitê incluir
2238 isso dentro dos planos de Recursos Hídricos. Também foi avaliada a questão de recursos né, que é
2239 isso aí também traria um custo muito elevado para os planos de recursos hídricos. A Aparecida
2240 também...

2241 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
2242 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA) -** Tem mais um item Roseli também, que
2243 é a resolução de planos está sendo discutida né, então esse assunto, assim, o que foi colocado é que
2244 todo mundo concorda com o mérito, com a importância, mas que não deveria entrar na moção
2245 agora e ser trabalhada na resolução de planos.

2246 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB –** Perfeito. Bem lembrado.

2247 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
2248 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA) -** Lembrar que o procurador da ANA
2249 também Anderson, colocou a questão de uma nota técnica elaborada pela ANA falando justamente
2250 sobre a inconstitucionalidade desse, desse parágrafo. E ele também citou, falou que foi uma nota
2251 técnica assinada por um conjunto de superintendentes da ANA, falando que não caberia aqui dentro
2252 dessa moção; não é isso?

2253 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** É. Essa
2254 nota técnica da ANA é uma resposta de uma consulta que a gente fez né, que a CTSB solicitou aí
2255 que se avaliasse a pertinência de incluir esse tema dentro dos planos de recursos hídricos e eles
2256 fizeram uma nota técnica né.

2257 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
2258 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA) -** Pode encaminhar pra gente Roseli?
2259 Essa nota técnica pra plenária?

2260 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH) -** Claro.
2261 Posso sim. Acho que ela estava incluída na reunião da CTAL, mas eu coloco aqui. Mando para
2262 vocês.

2263 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
2264 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Eu acho que não estava não. Estava?

2265 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Estava.
2266 Mas enfim, ela foi para a CTPA também. Inclusive foi apresentado lá na CTPA. Mas sem problema.
2267 A gente vai caminhar ta. Sem problema.

2268 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
2269 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Tá Obrigada.

2270 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Só para avançar então por favor. A gente pode
2271 então concluir eu acho, com essas explicações foram dadas?

2272 **SR. JOÃO CLÍMACO SOARES M. FILHO (ORGANIZAÇÕES NÃO**
2273 **GOVERNAMENTAIS)** - Oi Anderson, e considerando os esclarecimentos que foram dados, eu
2274 só queria informar que mesmo antes dessa resolução, alguns comitês de bacias já são pioneiros em
2275 criar GTs de acompanhamento de segurança de barragem. E esse GTs tem sido muito importante.
2276 E daí foi que saiu a inspiração a partir dos desastres lá do, do, da bacia do Rio Doce (Ininteligível)
2277 Então eu queria cumprimentar pela, pela iniciativa, e quem sabe o comitê do rio Paranaíba que
2278 decidiu não fazer o GT após essa resolução, ele repense a proposta de, só que lá já tem mais de 50
2279 barragens de todo tipo, inclusive sete hidrelétricas, e não existe uma preocupação oficial do comitê
2280 em relação a esse assunto. Eu parabeno o fato de sido aprovado, mas não limpa péssima imagem
2281 dos encaminhamentos anteriores sem fundamento legal que a gente vai ter que enfrentar. Eu
2282 agradeço a sua condução Anderson. Obrigado.

2283 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Eu te agradeço. Então encerrando-se as
2284 manifestações, eu só vou registrar, não houve nenhuma, nenhuma, nenhum comentário contrário a
2285 aprovação das moções, então creio que podemos aprovar no, como foi apresentado né, os textos
2286 vindos da CTAL. Então declaro aprovado, se tiver algum comentário em desacordo a aprovação
2287 das três moções como foi apresentado, por favor se manifeste. Como não foi, não teve
2288 manifestação, eu declaro então aprovados as três moções vindas da Câmara Técnica de Segurança
2289 de Barragens. Faremos o esforço então para publicação ainda esse ano, dessas moções. É, Cris?

2290 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - É só registrar agradecimento aí aos colegas
2291 conselheiros pela aprovação. Para a gente é bastante importante. Acho que é muito importante para
2292 a política de segurança de barragem.

2293 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Perfeito Agradeço também todos os
2294 conselheiros da CTSB realmente, fazer é meu reconhecimento também do trabalho de todos. É, é
2295 Roseli agora, Ah! Temos o Wanderlei com a mão levantado por favor Wanderlei. Não te escuto
2296 Wanderley.

2297 **SR. WANDERLEY DA SILVA PAGANINI (PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO DE**
2298 **ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)** - Cris, nós é que
2299 agradecemos o trabalho que vem sendo desenvolvido. É um trabalho fundamental, eu acho que, é
2300 claro que fomos aí blindados com notícias ruins né do passado, que pode ter estimulado, mas hoje
2301 eu acho que a situação já é diferente. A situação não que esteja sob controle, a gente tá vendo aí a
2302 dificuldade do cadastro, mas já existem referências e, é, de uma postura diferente frente as
2303 barragens né. Em nome não sei de quantos colegas aí mas, em meu nome, dos operadores de
2304 saneamento, eu gostaria de agradecer o trabalho desenvolvido por vocês. Muito obrigado.

2305 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Enfim, eu queria registrar também, poucos anos
2306 né, o esforço aqui dado pela Cristiane também dentro do Ministério, para sair de um grupo de
2307 trabalho para formar no âmbito do Conselho de uma câmara técnico específica, e agora na agência
2308 nacional de águas uma superintendência. Então, o tema está se colocando onde deve se colocar né.
2309 Um tema prioritário. Então reconheço aqui realmente, todo o trabalho desses últimos anos né.

2310 **SRA. MARIA APARECIDA B. PIMENTEL VARGAS (CONCESSIONÁRIAS E**
2311 **AUTORIDADES DE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA)** - Eu queria destacar o trabalho da
2312 Cristiane, do Luís e do Ovídio sabe. Eu acho que a condução dos três à frente da, tanto da câmara
2313 técnica, quanto do GT, acho que foram, foi essencial para que a gente, nós temos uma reunião hoje
2314 quase que só com o assunto de segurança de barragem né, praticamente tomou quase que uma
2315 plenária praticamente inteira. E vamos evoluindo e como Wanderlei colocou, a gente já tem, já
2316 estamos bem à frente. A gente vai aprendendo com os erros né, mas esse empenho de vocês três
2317 em especial, eu acho que é o resultado do que nós estamos tendo hoje agora nessa plenária.

2318 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Ok. Muito obrigado Aparecida.
2319 Reconhecimento. É, então Roseli, passando para o próximo item de pauta, acredito que estamos
2320 encerrando né a pauta de hoje.

2321 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - É
2322 Anderson. Estamos encerrando, acho que também não tem mais tempo para falar muita coisa, só
2323 convidar ai a todos para no dia oito de dezembro, a nossa reunião plenária, com a 47^a ordinária, na
2324 sequência teremos a 54^a reunião extraordinária. Então também vai ser densa né, bastante assuntos
2325 aí para a gente finalizar o ano com chave de ouro. E também falar que amanhã teremos uma reunião,
2326 a primeira reunião híbrida do Conselho que vai ser a reunião da Câmara Técnica de Segurança de
2327 Barragens, então vai ser o dia inteiro, aí, tivemos aí surpreendidos com a portaria do Ministério da
2328 Economia falando que amanhã é ponto facultativo em Brasília, mas ainda assim nós teremos aqui
2329 a reunião. Já estou até mandando aqui um comunicado para todos da CTSB. É só vou precisar então
2330 que, viu, Cristiane, Luís, de que preencha um formulário, um formulário não. Só informar o nome
2331 o CPF e a identidade para ficar registrado aqui no, autorizado a entrada no prédio. Mas eu vou
2332 mandar agora esse comunicado para CTSB. E aí quem estiver em Brasília e puder participar fiquem
2333 à vontade. Será um prazer recebê-los.

- 2334 **SR. ANDERSON BEZERRA (MDR – DRHB)** – Serão bem-vindos. Então agradeço a Roseli.
2335 Só para encerrarmos, eu consulto a todos se tem algum informe final. Não tendo, então vamos
2336 encerrar pontualmente aí as 13 horas. Agradeço mais uma vez a presença de todos em nome aqui
2337 do diretor Wilson, e estamos aqui esperando vocês na reunião amanhã nén na CTSB e também
2338 contamos com a presença de todos no dia oito, na última reunião do ano. Ok? Muito obrigado boa
2339 tarde para todos. Bom almoço.
- 2340 **SRA. ROSELI DOS SANTOS SOUZA (SECRETARIA EXECUTIVA DO CNRH)** - Obrigado
2341 pessoal. Um Abraço.
- 2342 **SRA. CRISTIANE BATTISTON (MDR)** - Tchau pessoal, um abraço.
- 2343 **(NÃO IDENTIFICADO)** - Boa tarde a todos.